



CASTRO.Dis

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS **2024**

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO

CASTRO, PR. 2024

Sumário

1.	Relatório da Administração Societário	4
1.1	Cartas - Presidente, Gerência e Contador	5
1.2	Cenário	9
1.3	Distribuição.....	10
1.4	Tecnologia da informação	14
1.5	Desempenho econômico-financeiro	14
1.6	Gestão.....	16
2.	Demonstrações Contábeis Societária	21
2.1	Balanco Patrimonial - Societário.....	21
2.2	Demonstrações do Resultado do Exercício - Societário	24
2.3	Demonstrações do Resultado Abrangente do Exercício - Societário	27
2.4	DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário.....	28
2.5	DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa - Societário	30
3.	Notas Explicativas Societárias	33
4.	Parecer do Conselho Fiscal	71
5.	Parecer do Auditor Societário	72
6.	Relatório da Administração Regulatório	75
6.1	Cartas - Presidente, Gerência e Contador	76
6.2	Cenário	80
6.3	Distribuição.....	81
6.4	Tecnologia da informação	85
6.5	Desempenho econômico-financeiro	86
6.6	Gestão.....	88
7.	Demonstrações Contábeis Regulatória	93
7.1	Balanco Patrimonial - Regulatório.....	93
7.2	Demonstrações de Resultado - Regulatório	94
7.3	DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório	95
7.4	DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa	96
8.	Notas Explicativas Regulatórias	98
9.	Notas Conciliatórias Societária x Regulatória	131
10.	Parecer do Conselho Fiscal	140
11.	Parecer do Auditor Regulatório	141



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO



CASTRO.Dis

1. Relatório da Administração Societário

Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

1.1 Cartas - Presidente, Gerência e Contador

1.1.1 Carta do Presidente

É com muita alegria e espírito de cooperação de todos que fazem parte da cooperativa, que celebramos o encerramento de mais um ano de atividade da CASTRO-DIS. O trabalho realizado em 2024 é fruto da participação, comprometimento, dedicação, união e competência de todos os colaboradores de das diversas áreas de nossa empresa, consultorias e demais parceiros.

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – CASTRO-DIS foi criada há seis anos, em 2018, por cisão, com a finalidade de atuar como permissionária para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Detemos a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-ANEEL.

É encorajador perceber que a cooperativa não apenas cumpre os requisitos estabelecidos, mas sempre busca superá-los. A cada ano, buscamos aprimorar continuamente nossos processos e serviços, especialmente após a transferência Mútua de Instalações Elétricas e de Unidades Consumidoras, que demandou grandes esforços de toda equipe. Podemos afirmar com confiança que 2024 foi o ano em que consolidamos plenamente nossa posição como prestadora de serviço público na distribuição de energia elétrica na nossa área de atuação, cumprindo com as normas de regulação, supervisão e fiscalização do agente regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2024, o cenário internacional foi marcado por desafios econômicos, geopolíticos e inflação. A economia global apresentou sinais de recuperação, mas a inflação média internacional permaneceu acima dos níveis pré-pandemia, os principais bancos centrais mantiveram políticas monetárias conservadoras, mas em ritmo menos agressivo. As tensões geopolíticas foram um fator de incerteza que pode impactar o mercado global, a persistência da inflação foi um desafio para os investidores. O cenário brasileiro foi agravado por questões fiscais e dificuldades na execução de políticas econômicas, a instabilidade fiscal interna e persistente inflação exigiram prudência.

A CASTRO-DIS, como uma permissionária cooperativa de distribuição de energia elétrica, está implementando um projeto de grande relevância para a melhoria e ampliação da infraestrutura elétrica da região. A implantação de um sistema de 138 kV faz parte de um plano estratégico com foco em três principais objetivos: aumento da eficiência, segurança, confiabilidade.

Apesar dos desafios enfrentados, podemos afirmar que 2024 foi um ano positivo para nossa área de atuação. O esforço dos associados/consumidores em avançar nos investimentos e na modernização dos equipamentos, buscando maior eficiência, foi um reflexo da união e do espírito cooperativo que permeia nossa cooperativa.

A administração agradece aos nossos associados/consumidores pela confiança e pelo apoio recebido ao longo de 2024. Também expressamos nosso agradecimento aos colaboradores dos setores administrativo e técnico, aos prestadores de serviços, que sempre encontram força e energia para manter a confiabilidade e bom andamento da atividade. Agradecemos ainda às autoridades Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e às Instituições de Crédito pelo apoio contínuo.

Aos familiares dos nossos associados que, infelizmente, partiram neste ano, deixamos nossos sinceros sentimentos.

Por fim, elevamos nossa gratidão a Deus por todas as oportunidades oferecidas, que certamente proporcionaram dias melhores a todos, sempre motivados pelo espírito cooperativista.

PEDRO IRINEU TEIDER

Diretor Presidente.

1.1.2 Carta da Gerência de Distribuição

É com imensa alegria e espírito de cooperação que celebramos o encerramento de mais um ciclo de atividades da CASTRO DIS. O trabalho realizado ao longo de 2024 é resultado da participação ativa, comprometimento, dedicação, união e competência de todos os colaboradores das diversas áreas da nossa empresa, bem como das consultorias e demais parceiros.

É encorajador constatar que a cooperativa não apenas cumpre os requisitos estabelecidos, como também se empenha continuamente em superá-los. A cada ano, buscamos aprimorar nossos processos e serviços – especialmente após a Transferência Mútua de Instalações Elétricas e de Unidades Consumidoras, que exigiu grande dedicação de toda equipe. Com confiança, afirmamos que 2024 foi o ano da consolidação plena da nossa posição como prestadora de serviço público, atuando em conformidade com as normas de regulação, supervisão e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Finalizamos o ano de 2024 com várias realizações, apresentamos com satisfação desempenho da cooperativa os resultados operacionais no Relatório da Administração, nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, demonstrados pelo Departamento Contábil.

Tateki Kanjo Kojima

Gerente Geral

1.1.3 Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2024, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CASTRO-DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certeiras.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA

Contador

CRC – PR 029.526/O-8

1.2 Cenário

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - **CASTRO-DIS** atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de vários anos de existência.

Agora com todos consumidores da nossa área de atuação sendo atendido como permissionária (período de um ano), podemos considerar que a **CASTRO-DIS** conseguiu encerrar o ano com muita satisfação, e para continuar atendendo com mesma qualidade e rapidez, investimos em treinamentos, nos módulos de gestão no fornecimento de energia e equipamentos em geral.

Com relação ao Sistema de Gestão para NBR ISO 9001/2015 foi recertificada para mais um período de 03 (três) anos com validade de 11 de dezembro de 2022 até 10 de dezembro de 2025 sob o número de Registro do Certificado TNBR-25677. Tivemos a auditoria feita no final do mês de outubro de 2022 onde foi aprovado, considerando o tamanho, a estrutura, os produtos/serviços fornecidos e os processos, a organização demonstrou que opera seu sistema de gestão a fim de garantir a conformidade com os requisitos normativos, requisitos dos clientes e com os requisitos legais relevantes.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança, e Medicina no Trabalho, visando atender de forma adequada os nossos associados, consumidores e demais partes interessadas.

1.3 Distribuição

A Cooperativa Permissionária **CASTRO-DIS** distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná.

Atualmente atendemos 2 consumidores que detém o Status de “Consumidor Livre”. Temos um consumidor da classe comercial e outro da classe rural.

Ligação de consumidores – O número de consumidores faturados em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 0,81% sobre o mesmo mês do ano anterior, fechando o ano com 2.367 consumidores atendidos pela Permissionária. Foram realizadas no ano 30 novas ligações, sendo 13 Residenciais, 11 Rurais e 06 Poderes Públicos e 11 desligamentos da classe Comercial.

Consumidores	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	158	1.435	1.478	1.615	1.628
Comercial	98	118	116	128	117
Industrial	5	11	7	6	6
Rural	366	673	674	573	584
Poderes Públicos	1	11	13	14	20
Iluminação Pública	3	5	6	6	6
Serviço Público	2	6	6	6	6
Total	633	2.259	2.300	2.348	2.367
Variação	2,43%	256,87%	1,81%	2,09%	0,81%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 58,79 GWh com um crescimento de 1,58% em relação ao ano de 2023.

Os seguimentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Poderes Publico e Rural A classe rural representa uma fatia de 53,36% do segmento do mercado e apresentou um aumento de 5,81% em relação ao ano de 2023. A classe industrial representa 33,22% do segmento de mercado e apresentou uma redução de (5,24)% em relação ao ano de 2023.

Mercado Atendido - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79

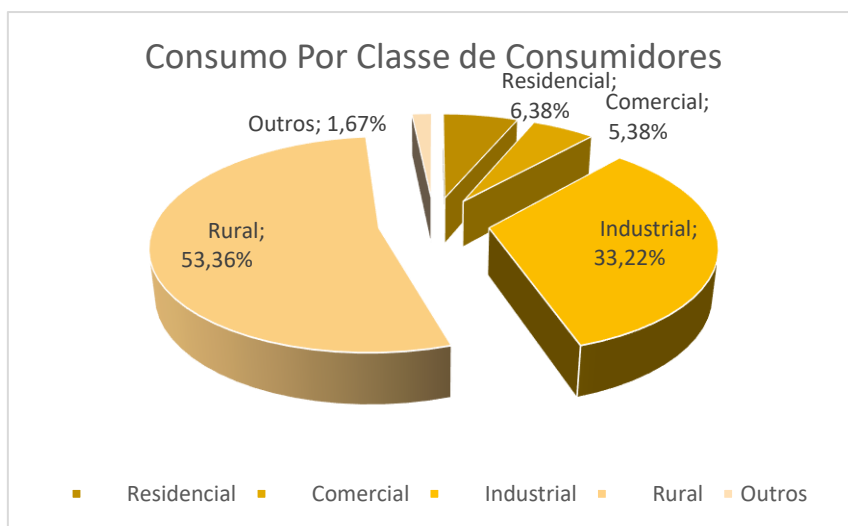
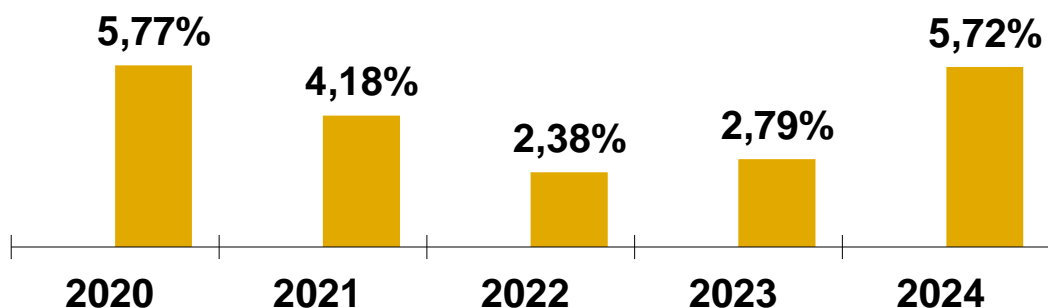
Fornecimento	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Residencial	0,73	2,32	2,82	3,81	3,75
Comercial	2,25	2,17	2,53	3,01	3,16
Industrial	18,93	20,80	20,56	20,61	19,53
Rural	22,02	27,65	29,73	29,65	31,37
Poderes Públicos	0,01	0,08	0,06	0,09	0,31
Iluminação Pública	0,31	0,41	0,50	0,54	0,49
Serviço Público	0,03	0,06	0,15	0,17	0,18
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Dsitruição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Variação	5,96%	20,80%	5,35%	2,71%	1,58%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução de 105,01% em 2024 para 2023.

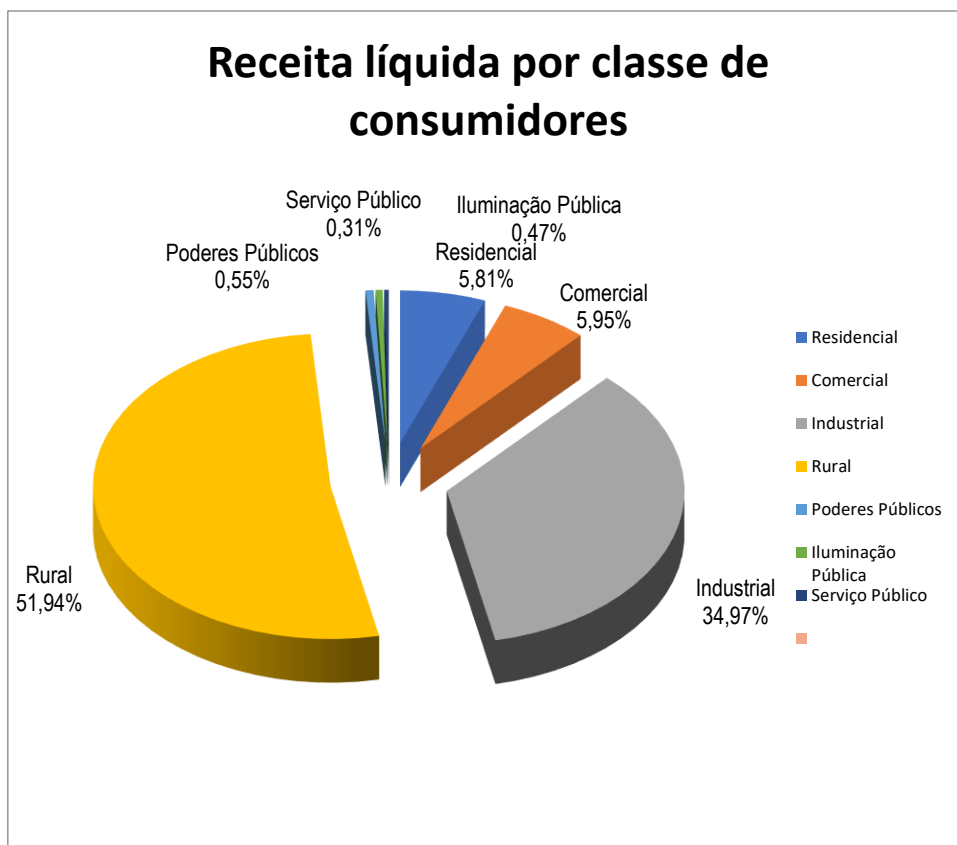
Balanzo Energético

Energia Requerida - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
- Fornecimento	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
Perdas Técnicas	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
PT / Energia Requerida %	0,13%	0,08%	0,04%	0,05%	0,10%
Total	44,34	53,53	56,37	57,91	58,85

Perdas Totais



Classe	2024	2023	%
Residencial	1.884,95	1.740,84	8,28%
Comercial	1.932,10	1.742,34	10,89%
Industrial	11.352,86	10.828,46	4,84%
Rural	16.862,58	15.418,09	9,37%
Outros	435,67	276,37	327,79%
Poderes Públicos	180,19	44,75	302,61%
Iluminação Pública	153,38	147,24	4,17%
Serviço Público	102,10	84,37	21,01%
Total	32.468,16	30.006,10	8,21%



Número de Consumidores

Classe	2024	2023	Var %
Residencial	1.628	1.615	0,80%
Comercial	117	128	-8,59%
Industrial	6	6	0,00%
Rural	584	573	1,92%
Outros	32	26	42,86%
Poderes Públicos	20	14	42,86%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	6	6	0,00%
Total	2.367	2.348	0,81%

Tarifas – A tabela abaixo mostra a tarifa média de fornecimento de energia elétrica no ano de 2024, com tarifas aplicadas por meio da Resolução ANEEL N° de 3.367 de 30/07/2024.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	601,86
Comercial	601,86
Industrial	274,63
Rural	601,86

Tarifas Residencia Baixa Renda	Faixa de Consumo (KWh)			
	0 - 30	31 - 100	101 - 200	Acima 200
Tarifa Bruta (R\$/MWh)	172,74	296,12	444,19	493,54

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	TMA - Tempo Médio de Atendimento - (minutos)
2021	15,06	8,69	64,43
2022	12,70	9,71	66,51
2023	7,57	4,55	61,04
2024	6,39	3,95	54,69

Atendimento ao consumidor – Para manter o padrão de atendimento e dando sequência ao processo de melhoria, a CASTRO DIS fez contratações e treinamentos na área técnica e administrativa, capacitando e qualificando com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

1.4 Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização e para atuar efetivamente como prestador de serviços público, a CASTRO-DIS continua aperfeiçoando o sistema comercial, administrativo e de gestão interna, contando com novas ferramentas de trabalho e banco de dados, mais eficientes, seguras e eficazes. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde, equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais, pacote de internet corporativo com fibra óptica para atender as necessidades e respostas rápidas no sistema de comunicação.

1.5 Desempenho econômico-financeiro

Em 2024, as sobras líquidas antes das destinações foram de R\$ 0,51 mil contra uma perda em 2023 que foi de R\$ R\$ (208,16) mil, um aumento de 40.915,69%.

Para melhor visualização referente 2024, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

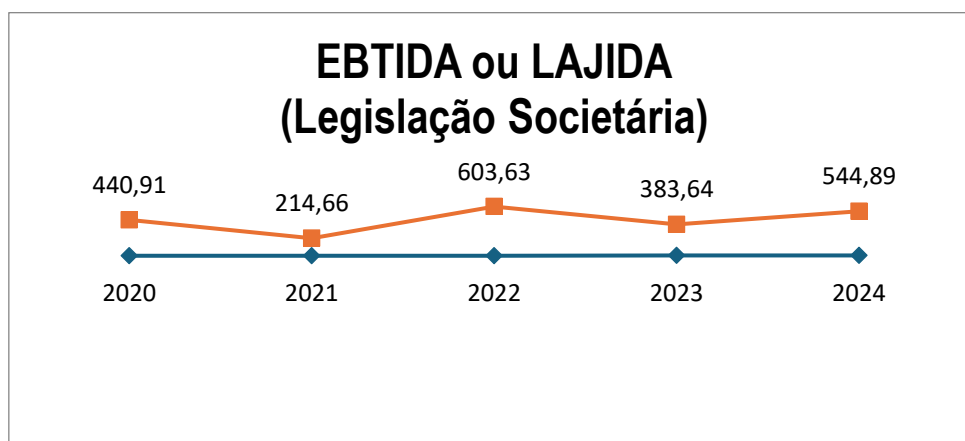
RESULTADO SOCIETÁRIO:	R\$ 0,51 mil
RESULTADO REGULATÓRIO:	R\$ (528,73) mil
RESULTADO FISCAL (BASE P/IMPOSTOS):	R\$ (18,70) mil

A receita operacional líquida de 2024 atingiu R\$ 28.564,83 mil, enquanto em 2023 foi de R\$ 25.163,27 mil, resultando em aumento de 13,52%.

As despesas operacionais em 2024 totalizaram valor de R\$ 28.670,18 mil, ou seja, 12,81% superior em relação à 2023, que foi de R\$ 25.414,22 mil. Tal variação ocorreu devido à despesas de manutenção que a empresa absorveu no processo de transição; aluguéis de compartilhamento; taxas e encargos setoriais do órgão regulador.

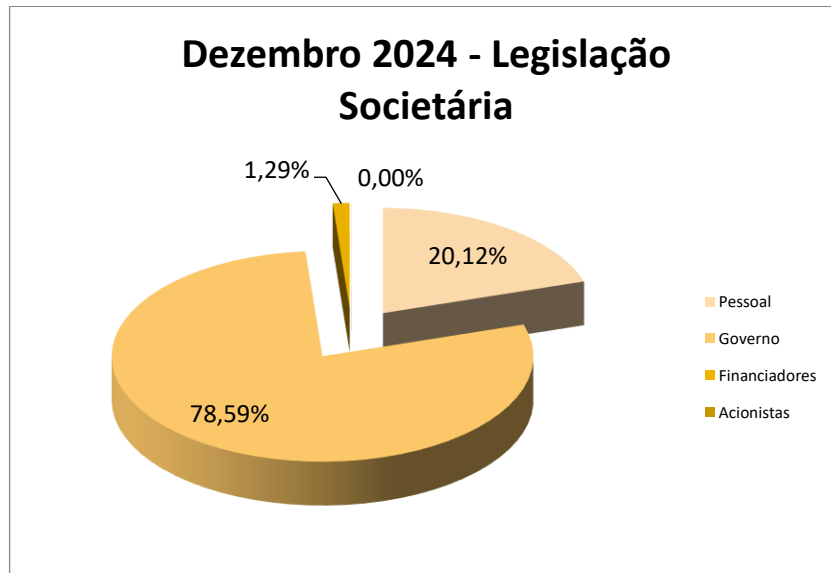
A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 0,01% contra (2,31)% em 2023.

O lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - “**LAJIDA**” foi de R\$ 544,89 mil, superior em 42,03% comparado à 2023, que foi de R\$ 383,64 mil, conforme evolução abaixo demonstrado em gráfico na forma de coluna e em forma linear:



Investimentos: No exercício de 2024 a CASTRO-DIS realizou um investimento de R\$ 695.097,12 dentro do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição em Máquinas e Equipamentos, melhoria na rede de distribuição, totalizando R\$ 1.019.058,09 em ativo imobilizado.

Valor adicionado: Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 11.521,45 mil, representando 30,96% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2024 a conta capital social “associados” foi de R\$ 66,70 composto por 275 associados integralizados-subscritos

1.6 Gestão

Administração: A Permissionária tem trabalhado junto com os colaboradores, consultores para atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A **CASTRO DIS** vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial. Está preparando todo setor para receber novos associados/consumidores que virão da Concessionária, consumidores que estão dentro da nossa área de atuação (poligonal).

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE SOCIETÁRIO RESUMIDO, conforme segue:

Demonstração do Resultado do Exercício Resumido		
	Consolidado	
	2024	2023
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	37.218,76	32.885,20
Tributos	(3.610,96)	(2.991,43)
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	(4.730,50)
Receita líquida / Ingresso líquido	28.564,83	25.163,27
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	(20.388,84)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.171,09	4.774,43
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.287,95)	(5.009,32)
Resultado da Atividade	(116,86)	(234,89)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	117,37	26,72
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	0,51	(208,17)
Resultado líquido das operações em continuidade	0,51	(208,17)
Lucro por ação	0,01	(2,99)

Gestão pela qualidade total: O sistema de gestão de qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, pois temos a missão de distribuir energia elétrica com qualidade, segurança, transparência nas ações e excelência em serviços, ser reconhecida como cooperativa de referência na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento de novas ideias e sugestões de melhoria contínua.

Recursos humanos: A área de recursos humanos é responsável por melhorar o desempenho da empresa através de “pessoas” atendendo assim com eficiência os associados/consumidores, colaboradores e fornecedores. Em 2024 a permissionária investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Aos colaboradores que estão investindo na formação profissional (ensino superior) a permissionária oferece uma bolsa de estudo que custeia uma parte da mensalidade.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2024	2023	%
Atendimento			
Número de consumidores	2.348	2.348	0,00%
Número de empregados	19	19	0,00%
Número de consumidores por empregado	124	124	0,00%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	603,79	603,79	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	9,61	10,31	-6,79%
Distribuição direta (GWh)	59	58	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	3.746.306	3.705.982	1,09%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	572,07	542,27	5,50%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	601,86	542,27	10,99%
Comercial	601,86	542,27	10,99%
Industrial	274,63	233,17	17,78%
Rural	601,86	542,27	10,99%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	6,39	7,57	0,00%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	6,90	6,90	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	1,70	1,70	0,00%
FEC (número de interrupções)	3,95	4,55	0,00%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	3,000	3,000	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	420,89	418,76	0,51%
Capacidade instalada (MW)	59,19	46,40	27,56%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	37.218,76	32.885,20	13,18%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	28.564,83	25.163,27	13,52%
Margem operacional do serviço líquida (%)	30,30%	30,69%	-1,28%
EBITDA OU LAJIDA	544,89	383,64	42,03%

Lucro líquido (R\$ mil)	0,51	-208,16	-100,25%
Lucro líquido por mil cotas	0,00	-0,21	-100,25%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	8.957,93	9.009,22	-0,57%
Valor patrimonial por cota R\$	8.957,93	9.009,22	-0,57%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	0,00	-0,02	-100,25%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,09	0,77	41,60%
Em moeda nacional (%)	1,09	0,77	41,60%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	5,45	5,16	5,62%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	3.094,49	3.112,18	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	24,28	25,18	-3,57%
Retorno de ativos por unidade	-0,01	-0,02	-50,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Castro, Paraná, 30 de abril de 2025.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
SOCIETÁRIAS



CASTRO.Dis

2. Demonstrações Contábeis Societária

2.1 Balanço Patrimonial - Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2024	2023
Ativos		
Ativo Circulante	6.717,74	5.419,25
Caixa e equivalentes de caixa	948,27	106,22
Consumidores	3.196,88	3.227,83
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	103,62	84,68
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	85,49	76,22
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.654,61	1.386,28
Despesas pagas antecipadamente	54,92	56,83
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	673,95	481,19
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	11.999,70	10.521,91
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	117,14	89,94
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	17,84	15,18
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-

Outros ativos não circulantes	627,59	523,87
Bens e atividades não vinculados à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	249,77	194,46
Intangível	10.987,36	9.698,46
Total do ativo	18.717,44	15.941,16
Passivo		
Passivo Circulante	5.878,27	4.591,33
Fornecedores	2.675,94	2.334,90
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	540,82	508,62
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	321,13	336,05
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	436,30	433,39
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	794,78	96,26
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	1.109,30	882,11
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	3.881,24	2.340,61
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-

Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.881,24	2.340,61
Total do passivo	9.759,51	6.931,94
Patrimônio líquido	8.957,93	9.009,22
Capital social	66,70	69,60
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	8.890,87	8.939,62
Sobras à disposição da Assembleia	0,36	-
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	8.957,93	9.009,22
Total do passivo e do patrimônio líquido	18.717,44	15.941,16

2.2 Demonstrações do Resultado do Exercício - Societário

	Consolidado	
	2024	2023
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	37.218,76	32.885,20
Fornecimento de energia elétrica	17.667,15	15.117,12
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.133,44	16.049,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(88,63)	217,56
Serviços cobráveis	19,92	22,57
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.594,02	1.158,92
Receita de Construção	980,50	139,16
Outras receitas	(1.087,64)	180,15
Tributos	(3.610,96)	(2.991,43)
ICMS	(3.407,34)	(2.825,45)
PIS-PASEP	(36,26)	(29,56)
Cofins	(167,36)	(136,42)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	(4.730,50)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.020,84)	(4.709,34)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(22,13)	(21,16)
Outros encargos	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido	28.564,83	25.163,27
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	(20.388,84)
Energia elétrica comprada para revenda	(13.777,95)	(13.474,92)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(8.615,79)	(6.913,92)
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-

Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	6.171,09	4.774,43
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(6.287,95)	(5.009,32)
Pessoal e administradores	(3.066,07)	(2.885,86)
Material	(251,33)	(284,76)
Serviços de terceiros	(1.150,56)	(907,91)
Arrendamento e aluguéis	(149,60)	(145,46)
Seguros	(30,48)	(22,62)
Doações, contribuições e subvenções	(37,19)	(34,53)
Provisões	-	-
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	6,04	-
Tributos	(15,50)	(14,48)
Depreciação e amortização	(509,46)	(477,31)
Gastos diversos	(91,80)	(113,30)
Despesa de Construção	(980,50)	(139,16)
Outras Receitas Operacionais	138,77	84,15
Outras Despesas Operacionais	(150,27)	(68,08)
Resultado da Atividade	(116,86)	(234,89)
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	117,37	26,72
Despesas financeiras	(38,41)	(117,88)
Receitas financeiras	155,78	144,60
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	0,51	(208,17)
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-

Resultado líquido das operações em continuidade	0,51	(208,17)
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	0,01	(2,99)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,01	(2,99)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

2.3 Demonstrações do Resultado Abrangente do Exercício - Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
<u>Atribuível a:</u>		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

2.4 DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61,40	(0,00)	-	-	0,00	9.083,36	90,82	-	9.235,58
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	8,20	-	-	-	-	-	-	-	8,20
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(26,40)	-	-	(26,40)
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	(34,95)	-	(173,21)	-	(208,16)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(82,39)	82,39	-	-
RATES	-	-	-	-	34,95	(34,95)	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Reserva para Fundos de Investimentos	-		-	-	-			-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69,60	(0,00)	-	-	0,00	8.939,62	(0,00)	-	9.009,22
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	(2,90)	-	-	-	-	-	-	-	(2,90)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-		-	-	0,10	-	0,41	-	0,51
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-			-		-		-	-
Destinação proposta à A.G.O.:	-		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(34,91)	(0,04)	-	(34,95)
RATES	-	-	-	-	(0,10)	(13,84)	(0,02)	-	(13,96)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-		-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-		-	-	-			-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	66,70	(0,00)	-	-	0,00	8.890,87	0,35	-	8.957,92

2.5 DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa - Societário

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Notas	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		782,18	557,55
Fornecimento de Energia		35.558,48	30.800,74
Suprimento de Energia		-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores		-	-
Suprimento a Concessionárias		-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo		-	-
Recebimento de RAP de Transmissão		-	-
Repasso do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		2.111,47	1.079,13
Outros Recebimentos Operacionais	a)	154,60	192,41
Fornecedores - Materiais e Serviços		(3.718,69)	(2.425,54)
Fornecedores - Energia Elétrica		(21.071,67)	(18.289,87)
Salários e Encargos Sociais		(1.981,91)	(1.904,42)
Tributos sobre a Receita - Federais		(981,31)	(829,41)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(3.375,98)	(2.607,09)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		(3,72)	(16,99)
Encargos de Transmissão			
Demais Encargos Regulatórios		(5.012,65)	(4.676,18)
Outras Despesas Operacionais	b)	(896,44)	(765,23)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		59,87	(508,40)
Aquisição de Participações Societárias		(0,19)	(0,19)
Aportes / Aumento de Capital		0,70	1,90
Investimentos		-	-
Imobilizado		(11,54)	(553,64)
Intangível		-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos		-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos		-	-
Rendimentos Recebidos		70,90	43,53
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		842,05	49,15
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	c)	-	3.264,99
Empréstimos e Financiamentos Pagos	d)	-	(3.264,99)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos		-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos		-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		-	-

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Integralização de Capital			
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		842,05	49,15
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		842,05	49,15
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		842,05	49,15
No início do exercício		106,22	57,07
No fim do exercício		948,27	106,22



NOTAS
EXPLICATIVAS
SOCIETÁRIAS

3. Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CASTRO - DIS é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – CASTRO-DIS, detém a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-ANEEL. Atualmente (base dezembro/2024), temos 2.367 unidades consumidoras. Os consumidores da zona rural que não estão ligados em nossa Permissionária são atendidos pela Concessionária local, a COPEL Distribuição S.A.

Atualmente atendemos a 2 consumidores que detém o Status de “Consumidor Livre”. Um consumidor da classe comercial e outro da classe rural.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (*International Accounting Standard Board*) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro

de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC nº 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL no 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nos 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil, a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sitio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 10.987,36 mil (R\$ 9.698,47 mil em 2023) e para Ativos Financeiros de R\$ 627,59 mil (R\$ 523,87 mil em 2023).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CASTRO-DIS, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2024, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 1.654,61 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 794,78 R\$/MIL

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2024, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CASTRO-DIS não possui outros investimentos, senão em seu próprio imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIAÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já

estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

• **Imposto de renda diferido**

A CASTRO - DIS não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2024 ou anterior.

• **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CASTRO - DIS não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

• **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

• **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

• **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal,

composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 906,20 (Reais/mil) em Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2024	2023
SICREDI - SICREDINVEST AUTOMATICO	Sicredinvest automático	Indeterminado	CDI	887,94	49,68
BANCO ITAU - AUTOMAIAS ITAU	-	Indeterminado	CDI	0,43	0,03
CASTROLANDA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LTDA	-	Indeterminado	-	1,29	1,14
COOP. CREDITO RURAL CAMPOS GERAIS - SICREDI	-	Indeterminado	-	16,54	14,04
Total				906,20	64,89

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2024 e 2023, estão assim elencados, a seguir:

Legislação societária

	2024	2023
Consumidores		
Faturados	2.714,08	2.768,39
Não faturados	382,31	317,45
(-) PCLD	-	-
Sub Total	3.096,39	3.085,84
Serviços Cobráveis	1,86	4,32
Participação Financeira	49,58	86,71
Parcelamentos	2,90	5,36
Outros	46,13	45,61
Sub Total	100,47	142,00
Total	3.196,86	3.227,84

Composição das Contas a Receber
Provisão para devedores duvidosos

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Vincendos	Vencido s até 90 dias	Vencido s há mais de 90 dias	Total	Saldo			
					2024	2023	2024	2023
Residencial	124,92	52,97	0,28	178,17	0,00	0,00	178,17	160,63
Industrial	965,24	18,81	0,00	984,05	0,00	0,00	984,05	1.196,07
Comércio, Serviços e Outras Atividades	177,73	14,72	0,00	192,45	0,00	0,00	192,45	189,03
Rural	1243,67	76,27	0,00	1.319,94	0,00	0,00	1.319,94	1.200,38
Poder Público	11,98	1,03	0,00	13,01	0,00	0,00	13,01	2,97
Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipal	11,98	1,03	0,00	13,01	0,00	0,00	13,01	2,97
Iluminação Pública	13,47	0,00	0,00	13,47	0,00	0,00	13,47	11,76
Serviço Público	13,00		0,00	13,00	0,00	0,00	13,00	7,54
Renda não Faturada	382,31	0,00	0,00	382,31	0,00	0,00	382,31	317,45
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal - Consumidores	2.932,32	163,80	0,28	3.096,40	-	-	3.096,40	3.085,83
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.932,32	163,80	0,28	3.096,40	-	-	3.096,40	3.085,83

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sera constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
- c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2024, importavam em: 589,25 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2024	2023
Em Serviço Societário	249,77	194,46
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	627,59	523,87
Ativo Intangível da Concessão	9.343,80	9.035,41
Ativo Intangível em Curso	1.643,56	663,06
Reavaliação Regulatória Compulsória	5.022,54	5.770,95
Sob Total	16.887,26	16.187,75
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-3.881,24	-2.340,61
Sub Total	-5.076,36	-3.535,73
Total	11.810,90	12.652,02
Ativo Imobilizado Societário	249,77	194,46
Ativo Imobilizado Regulatório	11.810,90	12.652,02

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.”

• Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços públicos conforme abaixo:

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2024	Valor Líquido 2023
Intangíveis				
Em Serviço	9.648,41	-304,61	9.343,80	9.035,41
Em Curso	1.643,56	0,00	1.643,56	663,06
Total	11.291,97	-304,61	10.987,36	9.698,47

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2024, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erências	Saldo em 31/12/2024
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.386,28	1.684,55	(1.276,89)	0,87	(140,19)	1.654,62
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	122,44	252,93	(6,48)	0,87	(150,15)	219,61
Bandeiras Tarifárias	-	0,05	-	-	(0,05)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	1.263,84	1.431,57	(1.270,41)	-	10,01	1.435,01
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.386,28	1.684,55	(1.276,89)	0,87	(140,19)	1.654,62

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2024
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	96,26	1.456,26	(814,34)	0,99	55,61	794,78
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	14,16	241,73	(119,50)	0,99	62,71	200,09
Sobrecontratação de Energia	-	395,18	-	-	-	395,18
Bandeiras Tarifárias	-	692,41	(576,92)	-	-	115,49
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	82,10	126,94	(117,92)	-	(7,10)	84,02
Total Passivos Financeiros Setoriais	96,26	1.456,26	(814,34)	0,99	55,61	794,78

9 Fornecedores

	Legislação societária	
	2024	2023
COPEL Distribuição S. A.	1.626,42	2.206,04
Proinfa	0,00	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	1.626,42	2.206,04
Encargos de uso da rede eletrica	823,66	0,00
Sub Total	823,66	0,00
Materiais e Serviços	225,86	128,85
Sub Total - Materiais e Serviços	225,86	128,85
Total	2.675,94	2.334,89

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Principal	Circulante		Total	
		Encargos	Longo prazo	2024	2023
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
COOP. INFRAESTRUTURA CASTROLANDA - ELETORRURAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Obs.: A CASTRO-DIS não possui saldo devedor em 2024 em nenhuma instituição financeira.

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2024 e 2023.

	Legislação societária	
	2024	2023
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	1,86	1,83
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	434,45	431,55
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Total	436,31	433,38

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CASTRO-DIS possui em seu Ativo, crédito de ICMS no valor de R\$ 117,14 (Reais/Mil) compras para ativo imobilizado em 48 avos.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CASTRO - DIS no exercício de 2024 e anteriores.

14 Provisões para Contingências
Legislação societária

Contingência	2024			2023		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS: Não houve neste exercício de 2024 nenhuma contingência a ser provisionada.

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 representa R\$ 66,70 (Reais/mil), sendo composto conforme quadro abaixo:

Cotistas	%	Cotas
Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda	9,74%	68
Lar dos Idosos e Assistencial Eben Haezer	3,14%	21
Jan Haasjes	1,94%	13
Albertus Frederik Wolters	1,49%	8
Hendrik de Boer	1,34%	14
Roberto Meindert Borg	1,34%	11
Pedro Irineu Teider	0,15%	2
Leonard Loman	0,15%	2
Hermannus Gerrit Morsink	0,15%	2
Demais Cooperados (nº de 262)	80,56%	490
Total	100,00%	630

Reserva de Capital e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Sobras e de Capital

	Legislação Societária	
	2024	2023
Reserva de Capital	-	-
Reserva legal	2.616,23	2.651,14
Reserva de Assistência Técnica Educacional e Social - RATES	3.457,19	3.471,03
Reservas Estatutárias	2.817,46	2.817,46
	8.890,88	8.939,63
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	0,35	-
Capital social	66,70	69,60
Sub Total	67,05	69,60
Total do Patrimônio Líquido	8.957,93	9.009,23

Conforme determinações do Despacho 4.991/2011-SFF/ANEEL (Despacho de Encerramento), item 2.6, procedemos ao reconhecimento contábil da Avaliação (VNR) com a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Tal contabilização debitara nosso Ativo Imobilizado em Serviço em contra-partida ao Sub-Grupo Contábil Reservas de Reavaliação no Grupo Contábil Patrimônio Líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2024 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2024, em virtude do baixo resultado apresentado, não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	2.365	2.348	55.988,53	57.877,27	35.875,59	31.801,14
Residencial	1.628	1.615	3.746,31	3.806,11	2.403,05	2.007,94
Industrial	6	6	19.534,42	20.609,78	14.155,38	12.927,57
Comercial	116	128	2.610,48	3.011,11	2.008,02	1.937,18
Rural	583	573	29.113,06	29.648,08	16.857,26	14.664,31
Poder público	20	14	313,82	87,89	186,97	43,53
Iluminação pública	6	6	491,47	539,85	159,87	136,24
Serviço público	6	6	178,97	174,44	105,04	84,37
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	2	-	2.808,99	-	18.133,44	16.049,72

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2024 e 2023 a CASTRO - DIS não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda:
Legislação societária

	Quantidade MWh		Reais Mil	
	2024	2023	2024	2023
COPEL Distribuição	54.232,29	54.075,25	11.485,24	11.339,92
Microgeração	4.147,91	3.259,12	1.640,80	1.460,83
PROINFA	1.432,80	1.796,98	651,90	674,16
Total	59.813,00	59.131,35	22.393,74	12.631,33

20 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	1.864,07	1.697,63	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	657,23	633,31	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	68,16	60,41	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	0,00	45,04	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	0,00	0,00	-117,04	-106,91	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	362,36	340,09	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	2.834,78	2.669,57	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	251,33	284,76	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	1.150,56	907,91	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	149,60	145,46	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	509,46	477,31	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	22.393,74	20.388,84	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	15,50	14,48	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	1.365,21	525,89	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	23.774,45	20.929,21	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	28.670,18	25.414,22	0,00	0,00

21 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação societária						2024	2023
	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica			
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	38,41	0,00	0,00	38,41	117,88	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	38,41	0,00	0,00	38,41	117,88	
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	38,41	0,00	0,00	38,41	117,88	

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação societária	
	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	0,51	(208,17)
Ajustes Lalur	-19,21	173,22
Base de Cálculo Fiscal	(18,70)	(34,95)
IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Jurídica - 15%	0,00	0,00
Adicional IRPJ - Imposto de renda sobre pessoa Jurídica - 10%	0,00	0,00
CSLL - Contribuição Social - 9%	0,00	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Efeitos IFRS	0,00	0,00
Imposto de Renda no Resultado	0,00	0,00
Contribuição Social no Resultado	0,00	0,00

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa até o exercício de 2024.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CASTRO - DIS como: Faculdade, Seguro de Vida e Planos Médicos (Convênio com a UNIMED), totalizando R\$ 430,52 (Reais/mil). Plano Previdenciário não foi implantado até o exercício de 2024.

25 Transações com Partes Relacionadas

A Permissionária efetuou transação com parte relacionada conforme quadro abaixo:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	Legislação societária	
		2024	2023
		R\$/mil	R\$/mil
CASTROLANDA - COOP. AGROIND. LTDA	CONTA CORRENTE	1,29	1,14
COOP. CREDITO RURAL C. GERAIS - SICREDI	CONTA CORRENTE	16,54	14,04
TOTAL		17,83	15,18

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

	legislação Societária	
	2024	2023
Remuneração	192,74	178,74
Encargos	38,55	37,54
Total	231,29	216,28

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2024 e 2023, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2024 devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CASTRO - DIS não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2024 e 2023.

28 Seguros

Equipamentos nomeados

Na apólice contratada foi destacada a subestação 69 KV - CASTRO-DIS , nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Veículos

A avaliação dos veículos atende a publicações da FIPE no estado de Santa Catarina, sendo a base para indenização de sinistro quando ocorrer perda total.

29 Fatos Relevantes do Exercício e Subsequente

29.1) Índices de Continuidade Coletivos e Individuais

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2024:

Limites Regulatórios: Para o exercício 2024, conforme cronograma de contrato de permissão Castro-Dis, foi apurado e enviado mensalmente para a ANEEL os indicadores de continuidade coletivos e individuais, sem estar sujeito a penalidade; pois não havia limite definido pela ANEEL.

Realizado:

* DEC = 6,39

* FEC = 3,95

Envidamos todos nossos esforços, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

29.2) Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CASTRO-DIS, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CASTRO-DIS uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.3) Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2023 a CASTRO-DIS trabalhou fortemente na redistribuição de carga em seus alimentadores elétricos e na manutenção preventiva das redes de distribuição. Como resultado, a Empresa contabilizou 5,72% de Perdas na Distribuição (somatório de perdas técnicas). O valor alcançado é inferior à meta regulatória publicada pela ANEEL para a CASTRO-DIS. Este resultado demonstra eficiência na gestão de seus ativos. Durante o ano de 2025, a CASTRO-DIS continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica e combatendo os desvios de energia (gatos).

29.4) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais.

29.5 IFRS 18

A Castro-Dis acompanha a evolução das normas IFRS e quais são validados pela ANEEL para aplicação na contabilidade regulatória e quais são permitidos na contabilidade societária. Neste sentido iniciamos os estudos para aplicação do IFRS 18 a partir do prazo

concedido de 2027, envolvendo padronização de indicadores, bem como, padronização do novo formado do quadro de DRE.

29.6 Prescrição de Créditos – SCEE e Antecipação de Destrato Contratual

A partir do ano de 2025, a ANEEL modernizou a maneira de capturar a receita advinda da prescrição de créditos do SCEE, bem como multas por antecipação de destrato de contrato de energia por aqueles que querem migrar antecipadamente ao mercado livre, afim de que os valores, descontados os impostos, sejam devolvidos no próximo reajuste tarifário para todos os consumidores, objetivando modicidade tarifária. A Castro-Dis está contabilizando adequadamente como Item Financeiro Tarifário a ser devolvido em cada ciclo tarifário.

30 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2024, a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – Castro - DIS, desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Responsabilidade Social

Educação

A CASTRO-DIS incentiva o programa da educação continuada, em 2024 contribuiu através do RATES com mensalidades de seus funcionários para cursos profissionalizantes e cursos de ensino superior que teve relação direta com o ramo de atuação da Cooperativa.

Demonstração do Balanço Social - 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024			2023		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)		28.564,83			25.163,27	
Lucro Operacional (LO)		(116,85)			(234,88)	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		(3.066,07)			2.885,86	
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	68,16	-2,22%	0,24%	60,41	-1,97%	0,21%

Encargos sociais compulsórios	657,23	-21,44%	2,30%	633,31	-20,66%	2,22%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	119,97	-3,91%	0,42%	102,49	-3,34%	0,36%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	12,89	-0,42%	0,05%	5,32	-0,17%	0,02%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7,39	-0,24%	0,03%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	75,99	-2,48%	0,27%	67,07	-2,19%	0,23%
Outros Benefícios	146,12	-4,77%	0,51%	165,21	-5,39%	0,58%
Total	1087,75	-35,48%	3,81%	1033,81	-33,72%	3,62%

		% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	37,19	-31,83%	0,13%	34,53	-29,55%	0,12%
Total de contribuições para a sociedade	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
		-			-	
Tributos - excluídos encargos sociais	3626,46	3103,52%	12,70%	3.005,91	2572,45%	10,52%
Total	3.626,46	3103,52%	12,70%	3.005,91	2572,45%	10,52%

		% sobre			% sobre	
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

				2024	2023
5 - Indicadores do corpo funcional				em unidades	em unidades
Empregados no final do período				19	19

Escolaridade dos empregados					
Superior e extensão universitária				11	7
Ensino médio				8	12
Ensino fundamental				0	0

Faixa etária dos empregados					
Abaixo de 30 anos				5	5
De 30 até 45 anos (exclusive)				6	7
Acima de 45 anos				8	7

Admissões durante o período				0	2
------------------------------------	--	--	--	---	---

Mulheres que trabalham na empresa					
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres				0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes				0,00%	0,00%

Negros que trabalham na empresa					
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros				0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes				0,00%	0,00%

Portadores de deficiência física				0	0
Dependentes				34	33
Estagiários				0	0
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa				23,03	23,07
Maior remuneração				20,63	19,61
Menor remuneração				0,90	0,85

Acidentes de trabalho				0	0
------------------------------	--	--	--	---	---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CASTRO - DIS, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, sendo que, ao término do exercício de 2024, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional Líquida de Distribuição Anual no exercício atingiu um montante de R\$ 28.564,83 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 13,52% que foi de R\$ 25.163,27 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2024, foi de 2.348, já em 2023 foi de 2.367 ocasionando um aumento de 0,81% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2024, montaram em R\$ 2.834,78 (Reais/mil) e no exercício anterior montaram R\$ 2.669,57 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 6,19 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal, no exercício de 2024, foram de R\$ 2.932,21 (Reais/mil), superior em 56,09% ao ano anterior que foi de R\$ 1.878,50 (Reais/mil).

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2024 importou em R\$ 117,36 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2023, o Resultado Financeiro foi de (26,72) (Reais/mil).

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2024	2023
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	1,14	1,18
Seca	$(AC - E) / PC$	R\$	1,13	1,16
Absoluta	AD / PC	R\$	0,16	0,02
Geral	$(AC + RLP) / (PC + ELP)$	R\$	1,92	2,30
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	$(LB / VB) \times 100$	%	0,00	-0,63
Operacional s/ Vendas	$(LO / VB) \times 100$	%	-0,31	-0,71
Líquida s/ Vendas	$(LL / VB) \times 100$	%	0,00	-0,63
Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	0,76	-299,08
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	0,01	-2,31

3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	0,00	-1,31
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	52,14	43,48
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	47,86	56,52
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	60,04	62,06
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	374,47	279,40
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	16.847,27	14.213,98
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	0,84	0,83

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos Fiscais

Exercício	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
2024	Imposto de Renda	17,51	0,00	17,51
2024	Contribuição Social	3,04	0,00	3,04
2024	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	83,07	117,14	200,21
Total Geral				220,76

A CASTRO-DIS possui Créditos Fiscais conforme demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CASTRO–DIS, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CASTRO - DIS, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a COPEL Distribuição S.A., conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

A CASTRO – DIS não possui tributação e nem recolhimento do ICMS sobre a citada subvenção.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

A CASTRO-DIS assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e conseqüentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL 2.477 de 30 de outubro de 2018, não existindo, desta forma a figura do diferimento de tarifa.

37 Revisão Tarifária Periódica

A CASTRO-DIS assinou o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e conseqüentemente seu processo de apuração de Tarifa Inicial se deu com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL 2.477 de 30 de outubro de 2018, sendo que nossa Revisão Tarifária Periódica ocorreu no ano de 2022. Através da Resolução Homologatória nº 3.086 de 26 de julho de 2022 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,40% (de vírgula quarenta por cento)), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

38 Ganhos Contingentes

A CASTRO–DIS não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

(Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.477, de 30/10/2018, se atualizados pelo IPCA, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	8,35%	11,89%	11,23%	47,97%
	Revisão 2018	IRT 2021	Revisão 2022	IRT 2023	IRT 2024
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	20.535,48	23.489,93	26.282,88	29.234,45	43.258,22
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-			
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.562,17	1.786,92	1.999,39	2.223,92	3.290,73
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	18.973,31	21.703,01	24.283,50	27.010,53	39.967,48
(5) Depreciação Acumulada	7.533,06	8.616,84	9.641,39	10.724,11	15.868,47
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	13.002,42	14.873,09	16.641,50	18.510,34	27.389,74
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-			
(8) Terrenos e Servidões	122,58	140,21	156,88	174,50	258,21
(9) Almojarifado em Operação	61,61	70,47	78,85	87,70	129,77
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	13.186,61	15.083,77	16.877,23	18.772,54	27.777,73
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	758,93	868,12	971,34	1.080,42	1.598,70
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	497,14	568,66	636,27	707,72	1.047,22

40 Reajuste Tarifário

Nossas tarifas até o exercício de 2017 eram administradas pelo Conceito Cooperativista de apuração de Sobras e Perdas, que regulavam a necessidade tarifária e sua efetiva distribuição entre as classes. Durante o exercício de 2018 assinamos o Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica, e, então, a partir de 2019, temos os processos de Reajuste Tarifário similar às demais Permissionárias do País, na data do aniversário Contratual, e, através de processo conduzido pela SGT (Superintendência de Gestão Tarifária) da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Através da Resolução Homologatória 2.738 de 28 de julho de 2020 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

Através da Resolução Homologatória 2.905 de 27 de julho de 2021 as tarifas ficam em média reajustadas em 18,53% (dezoito vírgula cinquenta e três por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

Através da Resolução Homologatória 3.086 de 26 de julho de 2022 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,40% (dez vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

Através da Resolução Homologatória 3.238 de 25 de julho de 2023 as tarifas ficam em média reajustadas em 20,40% (vinte vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

Através da Resolução Homologatória 3.367 de 30 de julho de 2024 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

41 Fusões, Cisões e Incorporações

O Patrimônio da CASTRO–DIS decorre de Cisão, evento ocorrido em 2018, momento em que os ativos relacionados a energia elétrica foram transferidos da Cooperativa de Infraestrutura Castrolanda – ELETRORURAL para a Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, Cooperativa esta que recebeu a Permissão da ANEEL para explorar exclusivamente a atividade de serviço público de energia elétrica conforme determina contrato de permissão nº 06/2018

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2023 e 2024 não houveram necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CASTRO-DIS vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado.

43 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 544,89 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2024 foram utilizadas as seguintes contas:

	2024	2023
Lucro/Prejuízo Líquido	0,51	-208,16
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	34,92	114,49
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro)	0,00	0,00
Depreciação e Amortização	509,46	477,31
	544,89	383,64

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2024					
Descrição	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos					
Ativo circulante	6.717,74	-	6.717,74	-	6.717,74
Caixa e equivalentes de caixa	948,27	-	948,27	-	948,27
Consumidores	3.196,88	-	3.196,88	-	3.196,88
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	103,62	-	103,62	-	103,62
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional	85,49	-	85,49	-	85,49
Investimentos temporários	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.654,61	-	1.654,61	-	1.654,61
Despesas pagas antecipadamente	54,92	-	54,92	-	54,92
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	673,95	-	673,95	-	673,95
Ativo não circulante	15.827,12	(3.827,42)	11.999,70	(1.195,12)	10.804,58
Consumidores	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-
Serviços em curso	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis	117,14	-	117,14	-	117,14

Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	17,84	-	17,84	-	17,84
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	627,59	627,59	(627,59)	-
Bens e atividades não vinculados à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Imobilizado	15.652,08	(15.402,31)	249,77	10.379,77	10.629,54
Intangível	40,06	10.947,30	10.987,36	(10.947,30)	40,06
Total do ativo	22.544,86	(3.827,42)	18.717,44	(1.195,12)	17.522,32
Passivo					
Passivo circulante	5.878,27	-	5.878,27	-	5.878,27
Fornecedores	2.675,94	-	2.675,94	-	2.675,94
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	540,82	-	540,82	-	540,82
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	321,13	-	321,13	-	321,13
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	436,30	-	436,30	-	436,30
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	794,78	-	794,78	-	794,78
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	1.109,30	-	1.109,30	-	1.109,30
Passivo não circulante	3.881,24	-	3.881,24	-	3.881,24
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-

Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.881,24	-	3.881,24	-	3.881,24
Total do passivo	9.759,51	-	9.759,51	-	9.759,51
Patrimônio líquido					
Capital social	66,70	-	66,70	-	66,70
Reservas de capital	(1.724,37)	1.724,37	-	(1.195,12)	(1.195,12)
Outros resultados abrangentes	5.022,54	(5.022,54)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	8.890,87	-	8.890,87	-	8.890,87
Sobras à disposição da Assembleia	529,61	(529,25)	0,36	-	0,36
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	12.785,35	(3.827,42)	8.957,93	(1.195,12)	7.762,81
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.544,86	(3.827,42)	18.717,44	(1.195,12)	17.522,32
DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2024					
	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade					

Receita / Ingresso	36.238,27	980,49	37.218,76	-	37.218,76
Fornecimento de energia elétrica	17.667,15	-	17.667,15	-	17.667,15
(-) Transferências	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.133,44		18.133,44	-	18.133,44
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(88,63)		(88,63)	-	(88,63)
Serviços cobráveis	19,92		19,92	-	19,92
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.594,03	980,49	2.574,52		2.574,52
Outras receitas vinculadas	(1.087,64)		(1.087,64)	-	(1.087,64)
Tributos	(3.610,96)	-	(3.610,96)	-	(3.610,96)
ICMS	(3.407,34)	-	(3.407,34)	-	(3.407,34)
PIS-PASEP	(36,26)	-	(36,26)	-	(36,26)
Cofins	(167,36)	-	(167,36)	-	(167,36)
ISS	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	-	(5.042,97)	-	(5.042,97)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.020,84)	-	(5.020,84)	-	(5.020,84)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(22,13)	-	(22,13)	-	(22,13)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-
Outros encargos		-	-	-	-
Receita líquida / Ingresso líquido	27.584,34	980,49	28.564,83	-	28.564,83
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	-	(22.393,74)	-	(22.393,74)
Energia elétrica comprada para revenda	(13.126,04)	-	(13.126,04)	-	(13.126,04)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(651,91)	-	(651,91)	-	(651,91)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(8.615,79)	-	(8.615,79)	-	(8.615,79)
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-

Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica	-	-	-	-	-
Combustíveis	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.190,60	980,49	6.171,09	-	6.171,09
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.836,70)	(451,25)	(6.287,95)	-	(6.287,95)
Pessoal e administradores (inclui 231,29 de remuneração a administradores)	(3.066,07)	-	(3.066,07)	-	(3.066,07)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(251,33)	-	(251,33)	-	(251,33)
Serviços de terceiros	(1.150,56)	-	(1.150,56)	-	(1.150,56)
Arrendamento e aluguéis	(149,60)	-	(149,60)	-	(149,60)
Seguros	(30,48)	-	(30,48)	-	(30,48)
Doações, contribuições e subvenções	(37,19)	-	(37,19)	-	(37,19)
Provisões	-	-	-	-	-
Recuperação de despesas	6,04	-	6,04	-	6,04
Tributos	(15,50)	-	(15,50)	-	(15,50)
Depreciação e amortização	(1.038,70)	529,24	(509,46)	-	(509,46)
Gastos diversos da atividade vinculada	(91,81)	(980,49)	(1.072,30)	-	(1.072,30)
Outras Receitas Operacionais	138,77	-	138,77	-	138,77
Outras Gastos Operacionais	(150,27)	-	(150,27)	-	(150,27)
Resultado da Atividade	(646,10)	529,24	(116,86)	-	(116,86)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	117,37	-	117,37	-	117,37
Despesas financeiras	(38,41)	-	(38,41)	-	(38,41)
Receitas financeiras	155,78	-	155,78	-	155,78
Operações com não Associados	0,00	0,00	0,00	-19,21	-19,21
Resultado de operações com não associados	-	-	-	(19,21)	(19,21)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	(528,73)	529,24	0,51	(19,21)	(18,70)
Despesa com impostos sobre os lucros	-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade	(528,73)	529,24	0,51	(19,21)	(18,70)
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-

Resultado líquido do exercício	(528,73)	529,24	0,51	(19,21)	(18,70)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	(7,93)	7,93	0,01	(0,29)	(0,28)
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	(7,93)	7,93	0,01	(0,29)	(0,28)
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2024

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69,60	(1.195,12)	-	-	0,00	8.939,62	(0,00)	-	7.814,10
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	(2,90)	-	-	-	-	-	-	-	(2,90)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	0,10	-	0,41	-	0,51
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(34,91)	(0,04)	-	(34,95)
RATES	-	-	-	-	(0,10)	(13,84)	(0,02)	-	(13,96)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatória Compulsória de Imobilizado - VNR</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	66,70	(1.195,12)	-	-	0,00	8.890,87	0,35	-	7.762,80

45 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras e reembolsadas pela Eletrobrás

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CASTRO-DIS realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2024, o saldo de 589,25 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	REALIZADO	RECEBIDO	AJUSTES (+/-)	SALDO 2024	A DEVOLVER
SUBVENÇÃO CDE - DMR Baixa Renda	20,46	132,28	-127,38	0,00	25,36	0,00
SUBVENÇÃO CDE - Irrigantes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10,15
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	0,84	0,00	-0,84	0,00	0,00	0,00
SUBVENÇÃO CDE - SCEE	392,15	1.300,48	-1.091,62	-106,85	494,16	0,00
SUBVENÇÃO CDE - Fonte Incentivada	0,00	282,17	-196,60	-15,84	69,73	-595,91
					589,25	-606,06

46 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(1.013,51)	41,93	(971,58)
Data de aquisição: 01/05/2019	(3,73)	0,81	(2,92)
Data de aquisição: 01/12/2019	(1,83)	0,36	(1,47)
Data de aquisição: 01/10/2022	(159,60)	14,44	(145,16)
Data de aquisição: 01/10/2023	(456,97)	23,09	(433,88)
Data de aquisição: 01/10/2024	(281,55)	2,86	(278,69)
Data de aquisição: 01/12/2024	(109,83)	0,37	(109,46)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(585,69)	15,44	(570,25)
Data de aquisição: 01/05/2019	(2,21)	0,48	(1,73)
Data de aquisição: 01/10/2023	(223,84)	11,31	(212,53)
Data de aquisição: 01/10/2024	(359,64)	3,65	(355,99)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			

Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(90,18)	8,16	(82,02)
Data de aquisição: RTP 2018/2022	(90,18)	8,16	(82,02)
Excedente de reativos	(468,65)	42,39	(426,26)
Data de aquisição: RTP 2018/2022	(468,65)	42,39	(426,26)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(2.158,03)	107,92	(2.050,11)

47. Fato Relevante – Novo Marco Regulatório do GD

Em que pese a publicação no início do ano de 2022 da Lei 14.300/2022, alguns assuntos ainda careciam de regulamentação. No início de 2023, por intermédio da Resolução Normativa n. 1.059/2023, a ANEEL regulamentou o novo Marco Regulatório da Geração Distribuída pelo Sistema de Compensação, o que torna os temas regulados de extrema relevância, ante ao impacto que trouxe a nossa Empresa, principalmente mediante a acelerada expansão da instalação de novos Sistemas de GD, merecendo assim destaque nestas notas .

Nessa regulamentação foi corrigido distorção existente, que deixava a Distribuidora descoberta e acarretava o desequilíbrio econômico financeiro no período da entrada em operação da GD até o próximo processo tarifário da Empresa, sendo essa distorção sanada, já que foi inserido o custeio dos benefícios tarifários dos participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE na Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) e nos processos tarifários das distribuidoras. Com isso a transferência destes custos que o gerador deixou de participar, passou a ser coberto, agora, pela conta centralizadora da CDE, através de subsídios tarifários. Outra correção também de relevância se refere ao início do faturamento da TUSD, de forma progressiva, tratando de forma diferente os consumidores que pediram ligação até dia 08/01/2023 e aqueles que pediram após essa data.

48. Informação Complementar - DVA – Demonstração do Valor Adicionado Societário

A ANEEL, no intuito de que os agentes do Setor Elétrico informem com clareza a riqueza gerada no exercício, bem como a forma como essa riqueza foi dividida entre funcionários, acionistas, financiadores e governo, recomendou que, além do resultado ser citado no relatório de administração, fosse disponibilizado à sociedade todo o quadro de apuração. Neste sentido, a Castro-Dis, nos anos 2024 e 2023 apresentam os seguintes resultados:

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação societária	
	2024	2023
Receitas	37.207,26	32.901,27
Venda de energia e serviços	37.218,76	32.885,20
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00
Resultado não operacional	-11,50	16,07
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-25.176,35	-22.121,89
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-1.380,72	-540,38
Material e serviços de terceiros	-23.795,63	-21.581,51
(=) Valor adicionado bruto	12.030,91	10.779,38
(-) Quotas de reintegração	-509,46	-477,31
(=) Valor adicionado líquido	11.521,45	10.302,07
(+) Valor adicionado transferido	117,37	26,72
Receitas (Despesas) financeiras	117,37	26,72
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	11.638,82	10.328,79
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.341,62	2.189,96
Remunerações	1.864,07	1.742,67
Encargos sociais (exceto INSS)	164,07	153,70
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	68,16	60,41
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	362,36	340,09
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-117,04	-106,91
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	9.147,09	8.201,54
INSS (sobre folha de pagamento)	493,16	479,61
ICMS	3.407,34	2.825,45
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00

Outros (PIS/ COFINS/ enc. setoriais, outros)	5.246,59	4.896,48
Financiadores	149,60	145,46
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	149,60	145,46
Acionistas	0,51	-208,17
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	0,51	-208,17
Valor adicionado (médio) por empregado	612,57	543,62

48. Lei de Proteção dos Dados – LGPD

Com a implementação de direitos, deveres e princípios que envolvem o uso de dados pessoais em solo brasileiro, advindas da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados, nossa Empresa, em total obediência a referida Lei, implementou junto aos seus funcionários, empresa parceira de sistemas e consumidores, metodologia de como devem agir em relação à coleta, tratamento e compartilhamento de dados pessoais e sensíveis. Isso implicou em uma mudança cultural dentro de nossa Empresa, modificando nossa postura frente ao uso de dados pessoais, o que não foi uma tarefa simples porque envolveu muitas pessoas, processos e departamentos. Melhoramos nossa política de privacidade tornando-a consistente, revisamos todos os contratos com usuários, funcionários e parceiros e criamos termos de consentimento, além de investirmos em soluções de segurança. Por último, mas não menos importante, realizamos treinamentos em nossa equipe.

49. Demonstração do Resultado do Exercício Segregado 2024

DRE SEGREGADO SOCIETARIO - DEZEMBRO 2024

Classificação	Descrição da Conta	TOTAL	Ato Cooperado	Ato Não Cooperado
6101.3.01.01	Residencial	2.403,06	697,45	1.705,61
6101.3.01.02	Industrial	14.155,38	13.787,62	367,75
6101.3.01.03	Comercial	2.008,02	1.670,82	337,20
6101.3.01.04	Rural	16.857,26	13.097,91	3.759,35
6101.3.01.05	Poder Público	186,97	155,03	31,94
6101.3.01.06	Iluminação Pública	159,87	159,87	-
6101.3.01.07	Serviço Público	105,04	105,04	-
6101.3.02	Fornecimento - Não Faturado	64,86	27,04	37,83
6101.3.04	(-) Transferência	-18.273,29	- 18.273,29	-
6101.3.05.01	Consumidores Cativos	17.465,85	17.465,85	-
6101.3.05.02	Consumidores Livres	667,59	667,59	-
6101.3.07	Fornecimento - Cva Ativa E Passiva	-	-	-
6101.3.08	Fornecimento - Demais Ativos E Passivos Financ. Setoriais	-88,63	-88,63	-

6101.3.09	Fornecimento - Diferimento Ou Devoluções Tarifárias	-1.087,64	-1.087,64	-
6101.3.20	Rendas Da Prestação De Serviços	19,92	2,77	17,15
6111.1	Atividades Não Vinculadas À Concessão Do Serviço Público	138,77	-	138,77
6301.3.03	Multas E Acréscimos Moratórios	113,15	-	113,15
6301.3.11	(-) Tributos Sobre Receitas Financeiras	-34,52	-	-34,52
6301.3.21	Transferência Da Administração Central - Receita Com Aplicaç	74,22	-	74,22
6301.3.99	Outras Receitas Financeiras	2,07	-	2,07
	Totais Receitas	34.937,93	28.387,42	6.550,51
6101.3.21	Demais Receitas E Rendas	2.574,52	2.091,83	482,70
6101.3.30	(-) Tributos Sobre A Receita	-3.610,97	-2.933,95	-677,02
6101.3.31	(-) Encargos Do Consumidor	-5.042,97	-4.097,46	-945,51
	Totais Receitas Líquidas	28.858,51	23.447,83	5.410,68
6105.3	Distribuição	-28.670,18	-23.294,80	-5.375,37
6105.4	Administração Central	-	-	-
6115	(-) Outros Gastos Operacionais	-150,27	-122,10	-28,17
6301.3.05	Ativo Financeiro Setorial	0,86	0,70	0,16
6305.3.05	Passivo Financeiro Setorial	-0,99	-0,80	-0,18
6305.3.23	Transferência Da Administração Central - Multas E Acréscimos	-0,22	-0,18	-0,04
6305.4.01	Juros E Variação Monetária - Dívida Moeda Nacional	-37,21	-30,23	-6,98
	Resultado Bruto	0,51	0,42	0,10
7501	Imposto De Renda E Contribuição Social	-	-	-
	Resultado Líquido	0,51	0,42	0,10

50 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2025 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

PEDRO IRINEU TEIDER
Diretor Presidente

TATEKI KANJO KOJIMA
Gerente

PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA
Contador

4. Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores e Associados da
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – CASTRO-DIS
Castro – Paraná

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, no exercício de nossas funções estatutárias, após minucioso exame do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2024 e também das Contas de Resultado, chegamos à conclusão de que estes resultados espelham a real situação da Cooperativa, podendo ser recomendado à Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação.

Castro/PR, 24 de Março de 2025.



Tjerk Hoekstra



Jan Petter



Frans Borg



Jan Tinus Geert Rabbers

5. Parecer do Auditor Societário

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores, Conselheiros e Associados da
COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS
Castro - PB

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São José (SC), 21 de fevereiro de 2025.

HERMENEGILDO
O JOAO
VANONI:29601
045953

Assinado de forma
digital por
HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Data: 2025.03.13
11:26:18 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável
Contador-CRC-SC 14.874/O-7 "S" PR

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 "S" PR



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO



6. Relatório da Administração Regulatório

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

6.1 Cartas - Presidente, Gerência e Contador

6.1.2 Carta do Presidente

É com muita alegria e espírito de cooperação de todos que fazem parte da cooperativa, que celebramos o encerramento de mais um ano de atividade da **CASTRO-DIS**. O trabalho realizado em 2024 é fruto da participação, comprometimento, dedicação, união e competência de todos os colaboradores de das diversas áreas de nossa empresa, consultorias e demais parceiros.

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – **CASTRO-DIS** foi criada há seis anos, em 2018, por cisão, com a finalidade de atuar como permissionária para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Detemos a permissão, válida por 30 anos a partir de 24 de setembro de 2018, para a distribuição de energia elétrica no município de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, conforme contrato nº 006/2018-**ANEEL**.

É encorajador perceber que a cooperativa não apenas cumpre os requisitos estabelecidos, mas sempre busca superá-los. A cada ano, buscamos aprimorar continuamente nossos processos e serviços, especialmente após a transferência Mútua de Instalações Elétricas e de Unidades Consumidoras, que demandou grandes esforços de toda equipe. Podemos afirmar com confiança que 2024 foi o ano em que consolidamos plenamente nossa posição como prestadora de serviço público na distribuição de energia elétrica na nossa área de atuação, cumprindo com as normas de regulação, supervisão e fiscalização do agente regulador **ANEEL** – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2024, o cenário internacional foi marcado por desafios econômicos, geopolíticos e inflação. A economia global apresentou sinais de recuperação, mas a inflação média internacional permaneceu acima dos níveis pré-pandemia, os principais bancos centrais mantiveram políticas monetárias conservadoras, mas em ritmo menos agressivo. As tensões geopolíticas foram um fator de incerteza que pode impactar o mercado global, a persistência da inflação foi um desafio para os investidores. O cenário brasileiro foi agravado por questões fiscais e dificuldades na execução de políticas econômicas, a instabilidade fiscal interna e persistente inflação exigiram prudência.

A **CASTRO-DIS**, como uma permissionária cooperativa de distribuição de energia elétrica, está implementando um projeto de grande relevância para a melhoria e ampliação da infraestrutura elétrica da região. A implantação de um sistema de 138 kV faz parte de um plano estratégico com foco em três principais objetivos: aumento da eficiência, segurança, confiabilidade.

Apesar dos desafios enfrentados, podemos afirmar que 2024 foi um ano positivo para nossa área de atuação. O esforço dos associados/consumidores em avançar nos

investimentos e na modernização dos equipamentos, buscando maior eficiência, foi um reflexo da união e do espírito cooperativo que permeia nossa cooperativa.

A administração agradece aos nossos associados/consumidores pela confiança e pelo apoio recebido ao longo de 2024. Também expressamos nosso agradecimento aos colaboradores dos setores administrativo e técnico, aos prestadores de serviços, que sempre encontram força e energia para manter a confiabilidade e bom andamento da atividade. Agradecemos ainda às autoridades Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e às Instituições de Crédito pelo apoio contínuo.

Aos familiares dos nossos associados que, infelizmente, partiram neste ano, deixamos nossos sinceros sentimentos.

Por fim, elevamos nossa gratidão a Deus por todas as oportunidades oferecidas, que certamente proporcionaram dias melhores a todos, sempre motivados pelo espírito cooperativista.

PEDRO IRINEU TEIDER

Diretor Presidente.

6.1.3 Carta da Gerência de Distribuição

É com imensa alegria e espírito de cooperação que celebramos o encerramento de mais um ciclo de atividades da CASTRO DIS. O trabalho realizado ao longo de 2024 é resultado da participação ativa, comprometimento, dedicação, união e competência de todos os colaboradores das diversas áreas da nossa empresa, bem como das consultorias e demais parceiros.

É encorajador constatar que a cooperativa não apenas cumpre os requisitos estabelecidos, como também se empenha continuamente em superá-los. A cada ano, buscamos aprimorar nossos processos e serviços – especialmente após a Transferência Mútua de Instalações Elétricas e de Unidades Consumidoras, que exigiu grande dedicação de toda equipe. Com confiança, afirmamos que 2024 foi o ano da consolidação plena da nossa posição como prestadora de serviço público, atuando em conformidade com as normas de regulação, supervisão e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Finalizamos o ano de 2024 com várias realizações, apresentamos com satisfação desempenho da cooperativa os resultados operacionais no Relatório da Administração, nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, demonstrados pelo Departamento Contábil.

TATEKI KANJO KOJIMA

Gerente Geral

6.1.4 Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO-DIS, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2024, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

A CASTRO-DIS, a exemplo de exercícios anteriores, primou, neste exercício, por detalhes claros e transparentes, abrindo as contas sintéticas exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em contas analíticas divididas por assunto, apresentando de forma clara seu resultado e valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público bem como trazendo a informação gerada, de forma clara, o que permite aos dirigentes tomar as decisões mais certas.

O resultado da Prestação de Contas referente a este exercício será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL, têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional.

Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, EFD-REINF e EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos, também, têm sido enviados dentro do prazo concedido.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos senhores Cooperados que a seguir, constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições necessárias à V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos, internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA
Contador

CRC – PR 029.526/O-8

6.2 Cenário

A Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - **CASTRO-DIS** atua no segmento de distribuição de energia elétrica e fornece energia na região rural dos Municípios de Castro, Carambeí, Piraí do Sul e Dr. Ulisses no Estado do Paraná, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de vários anos de existência.

Agora com todos consumidores da nossa área de atuação sendo atendido como permissionária (período de um ano), podemos considerar que a **CASTRO-DIS** conseguiu encerrar o ano com muita satisfação, e para continuar atendendo com mesma qualidade e rapidez, investimos em treinamentos, nos módulos de gestão no fornecimento de energia e equipamentos em geral.

Com relação ao Sistema de Gestão para NBR ISO 9001/2015 foi recertificada para mais um período de 03 (três) anos com validade de 11 de dezembro de 2022 até 10 de dezembro de 2025 sob o número de Registro do Certificado TNBR-25677. Tivemos a auditoria feita no final do mês de outubro de 2022 onde foi aprovado, considerando o tamanho, a estrutura, os produtos/serviços fornecidos e os processos, a organização demonstrou que opera seu sistema de gestão a fim de garantir a conformidade com os requisitos normativos, requisitos dos clientes e com os requisitos legais relevantes.

Em nossa política de qualidade, buscamos sempre a melhoria através da capacitação dos nossos colaboradores através de investimentos em Treinamentos Técnicos e Segurança, e Medicina no Trabalho, visando atender de forma adequada os nossos associados, consumidores e demais partes interessadas.

6.3 Distribuição

A Cooperativa Permissionária **CASTRO-DIS** distribui energia elétrica em 04 dos 399 municípios do Estado do Paraná.

Atualmente atendemos 2 consumidores que detêm o Status de “Consumidor Livre”. Temos um consumidor da classe comercial e outro da classe rural.

Ligação de consumidores – O número de consumidores faturados em dezembro de 2024 apresentou um crescimento de 0,81% sobre o mesmo mês do ano anterior, fechando o ano com 2.367 consumidores atendidos pela Permissionária. Foram realizadas no ano 30 novas ligações, sendo 13 Residenciais, 11 Rurais e 06 Poderes Públicos e 11 desligamentos da classe Comercial.

Consumidores	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	158	1.435	1.478	1.615	1.628
Comercial	98	118	116	128	117
Industrial	5	11	7	6	6
Rural	366	673	674	573	584
Poderes Públicos	1	11	13	14	20
Iluminação Pública	3	5	6	6	6
Serviço Público	2	6	6	6	6
Total	633	2.259	2.300	2.348	2.367
Variação	2,43%	256,87%	1,81%	2,09%	0,81%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2024 foi de 58,79 GWh com um crescimento de 1,58% em relação ao ano de 2023.

Os seguimentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Poderes Público e Rural. A classe rural representa uma fatia de 53,36% do segmento do mercado e apresentou um aumento de 5,81% em relação ao ano de 2023. A classe industrial representa 33,22% do segmento de mercado e apresentou uma redução de (5,24)% em relação ao ano de 2023.

Mercado Atendido - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Energia Faturada	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Fornecimento	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Residencial	0,73	2,32	2,82	3,81	3,75
Comercial	2,25	2,17	2,53	3,01	3,16
Industrial	18,93	20,80	20,56	20,61	19,53
Rural	22,02	27,65	29,73	29,65	31,37
Poderes Públicos	0,01	0,08	0,06	0,09	0,31

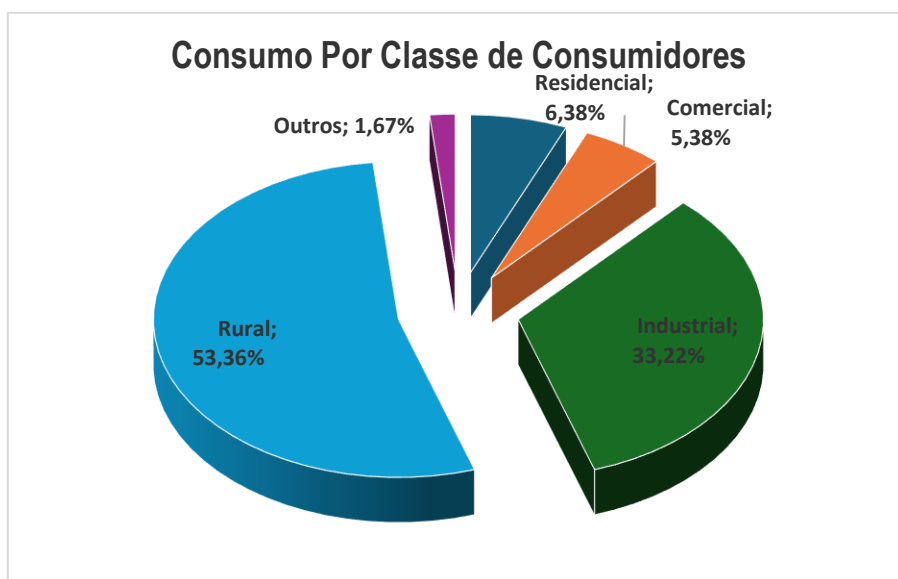
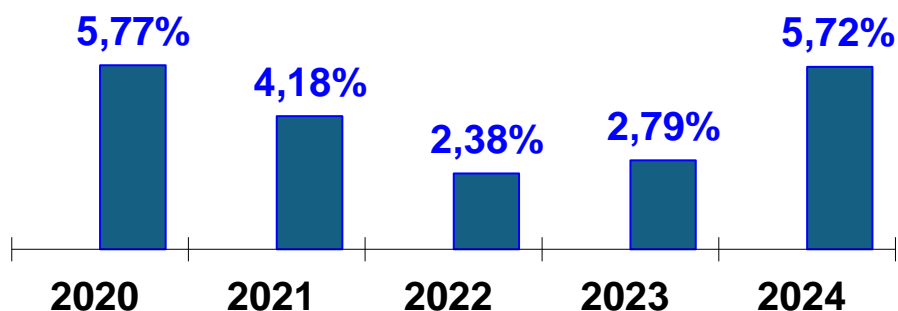
Iluminação Pública	0,31	0,41	0,50	0,54	0,49
Serviço Público	0,03	0,06	0,15	0,17	0,18
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Variação	5,96%	20,80%	5,35%	2,71%	1,58%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução de 105,01% em 2024 para 2023.

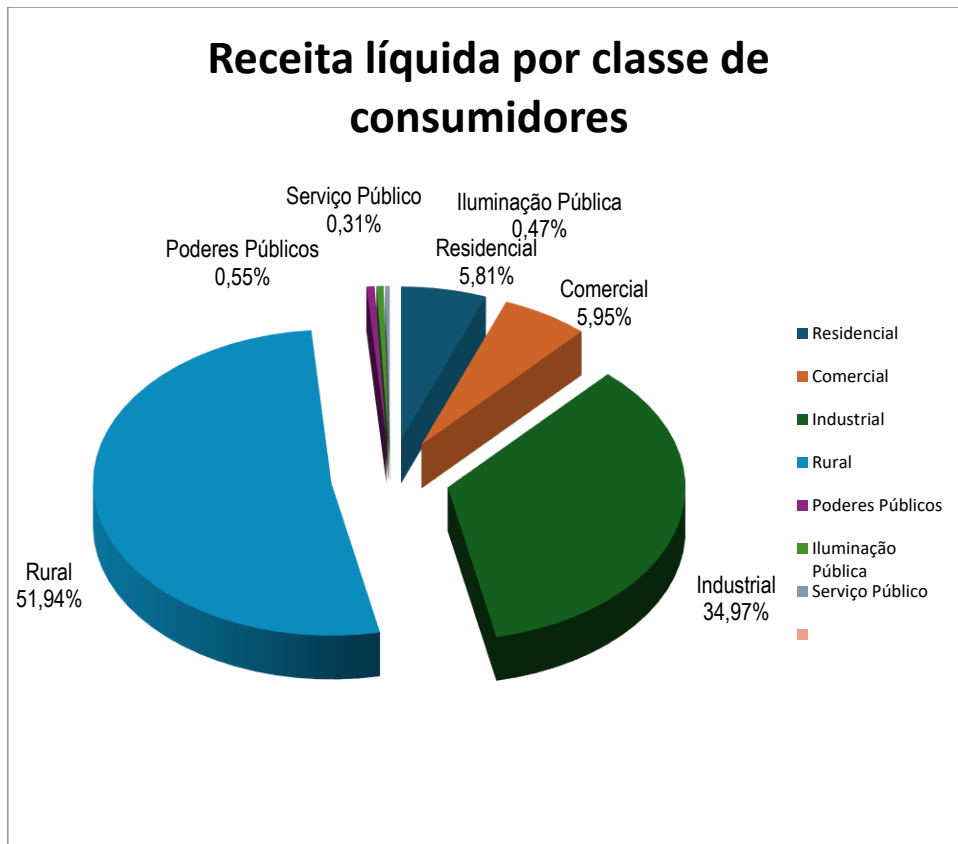
Balço Energético

Energia Requerida - GWh	2020	2021	2022	2023	2024
Venda de Energia	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
- Fornecimento	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	44,28	53,49	56,35	57,88	58,79
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
Perdas Técnicas	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	5,77%	4,18%	2,38%	2,79%	5,72%
PT / Energia Requerida %	0,13%	0,08%	0,04%	0,05%	0,10%
Total	44,34	53,53	56,37	57,91	58,85

■ **Perdas Totais**



Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2024	2023	%
Residencial	1.884,95	1.740,84	8,28%
Comercial	1.932,10	1.742,34	10,89%
Industrial	11.352,86	10.828,46	4,84%
Rural	16.862,58	15.418,09	9,37%
Outros	435,67	276,37	327,79%
Poderes Públicos	180,19	44,75	302,61%
Iluminação Pública	153,38	147,24	4,17%
Serviço Público	102,10	84,37	21,01%
Total	32.468,16	30.006,10	8,21%



Número de Consumidores			
Classe	2024	2023	Var %
Residencial	1.628	1.615	0,80%
Comercial	117	128	-8,59%
Industrial	6	6	0,00%
Rural	584	573	1,92%
Outros	32	26	42,86%
Poderes Públicos	20	14	42,86%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	6	6	0,00%
Total	2.367	2.348	0,81%

Tarifas – A tabela abaixo mostra a tarifa média de fornecimento de energia elétrica no ano de 2024, com tarifas aplicadas por meio da Resolução ANEEL N° de 3.367 de 30/07/2024.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	601,86
Comercial	601,86
Industrial	274,63
Rural	601,86

Tarifas Residencia Baixa Renda	Faixa de Consumo (KWh)			
	0 - 30	31 - 100	101 - 200	Acima 200
Tarifa Bruta (R\$/MWh)	172,74	296,12	444,19	493,54

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	TMA - Tempo Médio de Atendimento - (minutos)
2021	15,06	8,69	64,43
2022	12,70	9,71	66,51
2023	7,57	4,55	61,04
2024	6,39	3,95	54,69

Atendimento ao consumidor – Para manter o padrão de atendimento e dando sequência ao processo de melhoria, a CASTRO DIS fez contratações e treinamentos na área técnica e administrativa, capacitando e qualificando com o objetivo de melhor atender seus associados/consumidores.

6.4 Tecnologia da informação

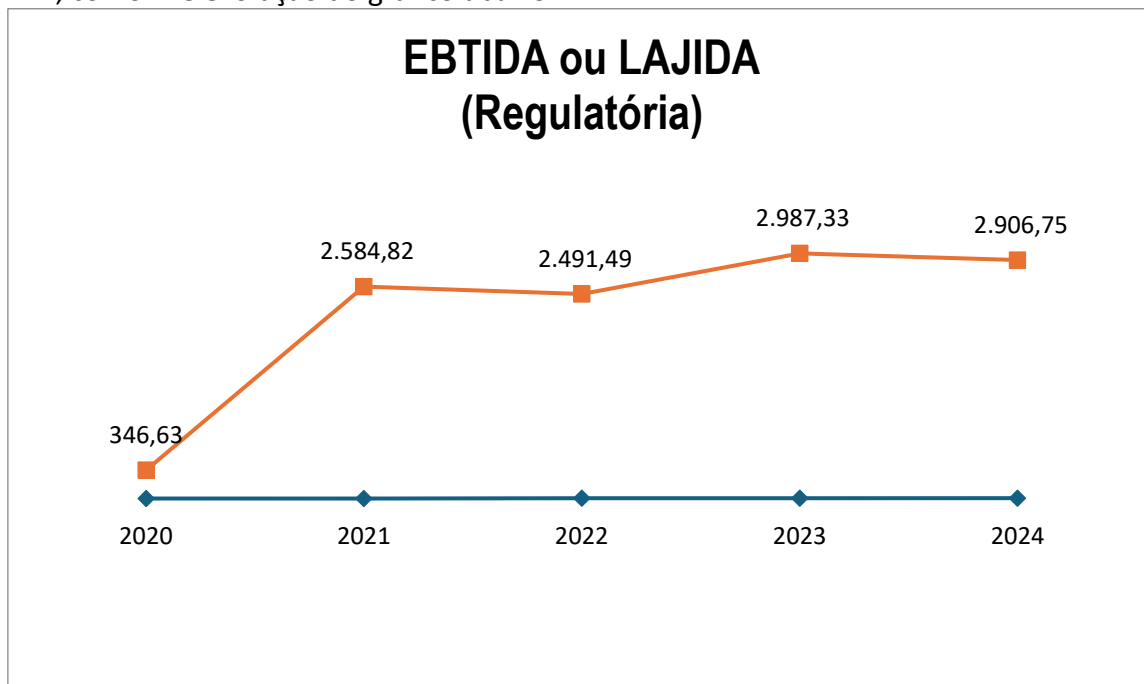
Seguindo o processo de modernização e para atuar efetivamente como prestador de serviços público, a CASTRO-DIS continua aperfeiçoando o sistema comercial, administrativo e de gestão interna, contando com novas ferramentas de trabalho e banco de dados, mais eficientes, seguras e eficazes. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde, equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais, pacote de internet corporativo com fibra óptica para atender as necessidades e respostas rápidas no sistema de comunicação.

6.5 Desempenho econômico-financeiro

Em 2024, as perdas líquidas foram de R\$ (528,74) mil, contra perdas líquidas foram de R\$ (755,83) mil em 2023, uma redução de 30,05%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 27.584,33 mil, enquanto em 2023 situou-se em R\$ 25.024,11 mil. Esse aumento de 10,23% resulta da evolução nas vendas para consumidores finais (cooperados e não cooperados) combinado com os efeitos do último reajuste tarifário para o ciclo 2024/2025 que foi de 10,00%.

As despesas operacionais totalizaram em 2024 R\$ 28.218,93 mil, 9,27% superiores em relação à 2023, destacando-se os custos com: total das taxas regulamentares que tiveram um aumento de 6,61% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de (4,14)% contra (5,56)% em 2023.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.906,75 mil, inferior em (2,77)% comparado a 2023, que foi de R\$ 2.987,33 mil, conforme evolução do gráfico abaixo:

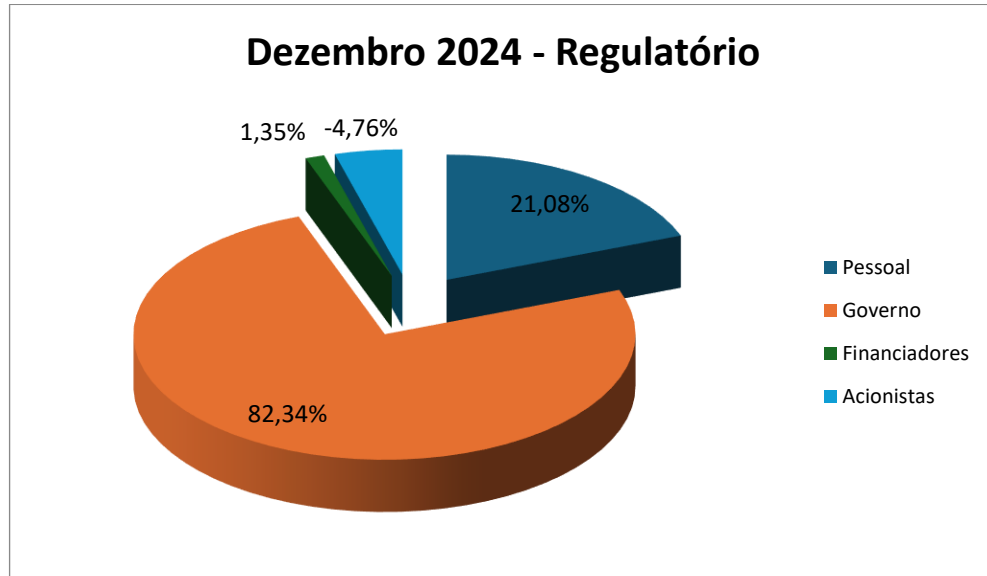


- O aumento no valor do EBTIDA/LAJIDA regulatório no exercício de 2021 deve-se a mudança de apuração conforme Resolução ANEEL 896 de 17 novembro de 2020 e em 2022 deve-se a uma atualização dos procedimentos de apuração conforme orientações do Manual de Contabilidade do Setor e Elétrico.
- **Investimentos:** No exercício de 2024 a CASTRO-DIS realizou um investimento de R\$ 695.097,12 dentro do PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição em Máquinas e Equipamentos, melhoria na rede de distribuição, totalizando R\$ 1.019.058,09 em ativo imobilizado.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2024			
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
AIS Bruto ¹	-	897	738	914	1.003	1.089	1.105	1.138
Transformador de Distribuição	-	307	294	415	473	555	581	589
Medidor	-	83	103	115	130	143	146	154
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)								
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	507	340	384	401	391	378	394
Redes Alta Tensão (69 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)							-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)							-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)							-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)							-	-
Demais Máquinas e Equipamentos		-						
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

R\$ Mil	2024R	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2024	738	914	1.003	1.089	1.105	1.138
R\$ Mil	2024P	2025P	2026P	2027P	2028P	2029P
Plano de Investimentos 2023	291	357	405	439	439	439
Diferença	153,5%	156,0%	147,7%	148,0%	151,6%	158,9%

Valor adicionado regulatório: Em 2024, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 10.992,21 mil, representando 30,33% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social da Permissionária era de R\$ 66,70 mil e composto por 275 associados integralizados.

6.6 Gestão

Administração: A Permissionária tem trabalhado junto com os colaboradores, consultores para atender às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pois entende que a intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial: A **CASTRO DIS** vem obtendo êxito em seu processo de adaptação às mudanças constantes no setor elétrico devido à qualidade de seu planejamento empresarial. Está preparando todo setor para receber novos associados/consumidores que virão da Concessionária, consumidores que estão dentro da nossa área de atuação (poligonal).

Para melhor conhecimento de todos, destacamos de forma resumida no quadro abaixo, o DRE REGULATÓRIO RESUMIDO, conforme segue:

Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório Resumido		
	Consolidado	
	2024	2023
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	36.238,27	32.746,04
Tributos	(3.610,96)	(2.991,43)
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	(4.730,50)
Receita líquida / Ingresso líquido	27.584,34	25.024,11
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	(20.388,84)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.190,60	4.635,27
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.836,70)	(5.417,83)
Resultado da Atividade	(646,10)	(782,56)
Resultado Financeiro	117,37	26,72
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(528,73)	(755,84)
Resultado líquido das operações em continuidade	(528,73)	(755,84)
Lucro por ação	(7,93)	(10,86)

Gestão pela qualidade total: O sistema de gestão de qualidade auxilia consideravelmente o gerenciamento da empresa como um todo, pois temos a missão de distribuir energia elétrica com qualidade, segurança, transparência nas ações e excelência em serviços, ser reconhecida como cooperativa de referência na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica no Estado do Paraná, envolvendo os colaboradores e setores tornando a gestão mais participativa, incentivando o surgimento de novas ideias e sugestões de melhoria contínua.

Recursos humanos: A área de recursos humanos é responsável por melhorar o desempenho da empresa através de “pessoas” atendendo assim com eficiência os associados/consumidores, colaboradores e fornecedores. Em 2024 a permissionária investiu em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores. Aos colaboradores que estão investindo na formação profissional (ensino superior) a permissionária oferece uma bolsa de estudo que custeia uma parte da mensalidade.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Permissionária vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2024	2023	%
Atendimento			
Número de consumidores	2.348	2.348	0,00%
Número de empregados	19	19	0,00%
Número de consumidores por empregado	124	124	0,00%
Número de localidades atendidas	4	4	0,00%
Número de agências	0	0	0,00%
Número de postos de atendimento	0	0	0,00%
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km ²)	603,79	603,79	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	9,61	10,31	-6,79%
Distribuição direta (GWh)	59	58	1,72%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	3.746.306	3.705.982	1,09%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	572,07	542,27	5,50%
Total (exceto curto prazo)	0	0	0,00%
Residencial	601,86	542,27	10,99%
Comercial	601,86	542,27	10,99%
Industrial	274,63	233,17	17,78%
Rural	601,86	542,27	10,99%
Suprimento	0	0	0,00%
DEC (horas)	6,39	7,57	-15,59%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	6,90	6,90	0,00%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	1,70	1,70	0,00%
FEC (número de interrupções)	3,95	4,55	-13,19%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	3,000	3,000	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	1	1	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	420,89	418,76	0,51%
Capacidade instalada (MW)	56,19	46,40	21,10%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	36.238,27	32.746,04	10,66%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	27.584,33	25.024,11	10,23%

Margem operacional do serviço líquida (%)	31,37%	30,86%	1,67%
EBITDA OU LAJIDA	2.906,75	2.987,33	-2,70%
Lucro líquido (R\$ mil)	-528,74	-755,83	-30,05%
Lucro líquido por mil cotas	-0,53	-0,76	-30,05%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	12.785,35	13.585,06	-5,89%
Valor patrimonial por cota R\$	12.785,35	13.585,06	-5,89%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-0,04	-0,06	-25,67%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,76	0,51	49,60%
Em moeda nacional (%)	0,76	0,51	49,60%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	5,45	5,16	5,62%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	3.094,49	3.112,18	0,00%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	24,28	25,18	-3,57%
Retorno de ativos por unidade	-0,04	-0,05	-20,00%

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Permissionária.

Castro, Paraná, 30 de abril de 2025.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS



CASTRO.Dis

7. Demonstrações Contábeis Regulatória

7.1 Balanço Patrimonial Regulatório

	2024	2023
Ativos		
Ativo Circulante	6.717,74	5.419,25
Caixa e equivalentes de caixa	948,27	106,22
Consumidores	3.196,88	3.227,83
Tributos compensáveis	103,62	84,68
Almoxarifado operacional	85,49	76,22
Ativos financeiros setoriais	1.654,61	1.386,28
Despesas pagas antecipadamente	54,92	56,83
Outros ativos circulantes	673,95	481,19
Ativo Não-Circulante	15.827,12	15.097,75
Tributos compensáveis	117,14	89,94
Investimentos temporários	17,84	15,18
Imobilizado	15.652,08	14.935,40
Intangível	40,06	57,23
Total do ativo	22.544,86	20.517,00
Passivo		
Passivo Circulante	5.878,27	4.591,33
Fornecedores	2.675,94	2.334,90
Obrigações sociais e trabalhistas	540,82	508,62
Tributos	321,13	336,05
Encargos setoriais	436,30	433,39
Passivos financeiros setoriais	794,78	96,26
Outros passivos circulantes	1.109,30	882,11
Passivo Não-Circulante	3.881,24	2.340,61
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.881,24	2.340,61
Patrimônio líquido	12.785,35	13.585,06
Capital social	66,70	69,60
Reservas de capital	(1.724,37)	(1.742,79)
Outros resultados abrangentes	5.022,54	5.770,96
Reserva de sobras	8.890,87	8.939,62
Sobras à disposição da Assembleia	529,61	547,67
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.544,86	20.517,00

7.2 Demonstrações de Resultado - Regulatório

	2024	2023
Receita / Ingresso	36.238,27	32.746,04
Fornecimento de energia elétrica	17.667,15	15.117,12
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.133,44	16.049,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(88,63)	217,56
Serviços cobráveis	19,92	22,57
Doações, contr. e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.594,03	1.158,92
Outras receitas	(1.087,64)	180,15
Tributos	(3.610,96)	(2.991,43)
ICMS	(3.407,34)	(2.825,45)
PIS-PASEP	(36,26)	(29,56)
COFINS	(167,36)	(136,42)
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	(4.730,50)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.020,84)	(4.709,34)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(22,13)	(21,16)
Receita líquida / Ingresso líquido	27.584,34	25.024,11
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	(20.388,84)
Energia elétrica comprada para revenda	(13.777,95)	(13.474,92)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	(8.615,79)	(6.913,92)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.190,60	4.635,27
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.836,70)	(5.417,83)
Pessoal e administradores	(3.066,07)	(2.885,86)
Material	(251,33)	(284,76)
Serviços de terceiros	(1.150,56)	(907,91)
Arrendamento e aluguéis	(149,60)	(145,46)
Seguros	(30,48)	(22,62)
Doações, contribuições e subvenções	(37,19)	(34,53)
(-) Recuperação de despesas	6,04	-
Tributos	(15,50)	(14,48)
Depreciação e amortização	(1.038,70)	(1.024,98)
Gastos diversos	(91,81)	(113,30)
Outras Receitas Operacionais	138,77	84,15
Outras Despesas Operacionais	(150,27)	(68,08)
Resultado da Atividade	(646,10)	(782,56)
Resultado Financeiro	117,37	26,72
Despesas financeiras	(38,41)	(117,88)
Receitas financeiras	155,78	144,60
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	(528,73)	(755,84)
Lucro por ação	(7,93)	(10,86)

7.3 DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61,40	(2.298,20)	6.421,01	0,00	9.083,36	1.193,90	14.461,47
Aumento de capital social	8,20	-	-	-	-	-	8,20
Realização de reservas	-	-	-	-	(26,40)	-	(26,40)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	555,41	(547,66)	(126,91)	-	(628,91)	(748,07)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	(102,39)	91,96	-	(99,71)	(110,14)
Reserva legal	-	-	-	-	(82,39)	82,39	-
RATES	-	-	-	34,95	(34,95)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69,60	(1.742,79)	5.770,96	0,00	8.939,62	547,67	13.585,06
Aumento de capital social	(2,90)	-	-	-	-	-	(2,90)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	18,42	(529,25)	(99,13)	-	(429,60)	(1.039,56)
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	(219,17)	99,23	-	411,60	291,66
Reserva legal	-	-	-	-	(34,91)	(0,04)	(34,95)
RATES	-	-	-	(0,10)	(13,84)	(0,02)	(13,96)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	66,70	(1.724,37)	5.022,54	0,00	8.890,87	529,61	12.785,35

7.4 DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		782,18	557,55
Fornecimento de Energia		35.558,48	30.800,74
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		2.111,47	1.079,13
Outros Recebimentos Operacionais	a)	154,60	192,41
Fornecedores - Materiais e Serviços		(3.718,69)	(2.425,54)
Fornecedores - Energia Elétrica		(21.071,67)	(18.289,87)
Salários e Encargos Sociais		(1.981,91)	(1.904,42)
Tributos sobre a Receita - Federais		(981,31)	(829,41)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais		(3.375,98)	(2.607,09)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)		(3,72)	(16,99)
Demais Encargos Regulatórios		(5.012,65)	(4.676,18)
Outras Despesas Operacionais	b)	(896,44)	(765,23)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		59,87	(508,40)
Aquisição de Participações Societárias		(0,19)	(0,19)
Aportes / Aumento de Capital		0,70	1,90
Imobilizado		(11,54)	(553,64)
Rendimentos Recebidos		70,90	43,53
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		842,05	49,15
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	c)	-	3.264,99
Empréstimos e Financiamentos Pagos	d)	-	(3.264,99)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		842,05	49,15
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		842,05	49,15
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		842,05	49,15
No início do exercício		106,22	57,07
No fim do exercício		948,27	106,22



NOTAS
EXPLICATIVAS
REGULATÓRIAS



8. Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para

fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e Passivos Financeiros Setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão

Imobilizado em Serviço: A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em Curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de Reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de Receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe 06 (seis)

consumidores da classe Industrial (AV) que representam 36,48% do total do faturamento de 2024. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2024	Total 2023
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	2.934,18	-	163,80	0,21	0,07	-	-	2,90	-	-	-	-	3.101,16	3.095,51
Residencial	124,92	-	52,97	0,21	0,07	-	-	2,11	-	-	-	-	180,28	165,87
Industrial	965,24	-	18,81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	984,05	1.196,07
Comercial	177,73	-	14,72	-	-	-	-	0,79	-	-	-	-	193,24	189,03
Rural	1.243,67	-	76,27	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.319,94	1.200,50
Poderes Públicos	11,98	-	1,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,01	2,97
Iluminação Pública	13,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,47	11,76
Serviço Público	13,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,00	7,54
Serviço Taxado	1,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,86	4,32
Fornecimento Não Faturado	382,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	382,31	317,45
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	95,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95,72	132,32
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.029,90	-	163,80	0,21	0,07	-	-	2,90	-	-	-	-	3.196,88	3.227,83

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Durante o ano de 2024 não houve realização da provisão, uma vez que não "levamos consumidores para provisão" por terem sido esgotados todas as alternativas de cobrança e recuperação de valores.

5. Imobilizado.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	31.743,55	1.319,49	(291,26)	-	(491,96)	32.279,82	1.028,23	(18.306,09)	13.973,73	14.250,43
Terrenos	20,05	-	(0,17)	-	-	19,88	(0,17)	-	19,88	20,05
Edificações, obras civis e benfeitorias	143,23	-	-	-	-	143,23	-	(93,08)	50,15	54,04
Máquinas e equipamentos	31.148,17	1.164,39	(220,56)	-	(491,96)	31.600,04	943,83	(17.887,01)	13.713,03	14.028,54
Veículos	432,09	151,66	(70,53)	-	-	513,22	81,13	(325,84)	187,38	147,80
Móveis e utensílios	-	3,44	-	-	-	3,44	3,44	(0,16)	3,28	-
Administração	130,16	18,43	-	-	-	148,59	18,43	(113,78)	34,81	21,91
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	123,53	18,43	-	-	-	141,96	18,43	(112,68)	29,28	15,97
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	6,63	-	-	-	-	6,63	-	(1,10)	5,53	5,94
Subtotal	31.873,70	1.337,92	(291,26)	-	(491,96)	32.428,40	1.046,66	(18.419,87)	14.008,53	14.272,34
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	663,06	2.299,99	-	(1.319,49)	-	1.643,56	980,50	-	1.643,56	663,06
Máquinas e equipamentos	33,26	1.987,18	-	(1.164,39)	-	856,05	822,79	-	856,05	33,26

Outros	629,80	312,81	-	(155,10)	-	787,51	157,71	-	787,51	629,80
Administração	-	18,43	-	(18,43)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	18,43	-	(18,43)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	663,06	2.318,42	-	(1.337,92)	-	1.643,56	980,50	-	1.643,56	663,06
Total do Ativo Imobilizado	32.536,76	3.656,34	(291,26)	(1.337,92)	(491,96)	34.071,96	2.027,16	(18.419,87)	15.652,09	14.935,40

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Distribuição	309,31	-	-	-	-	309,31	-	(275,07)	34,24	48,91
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	309,31	-	-	-	-	309,31	-	(275,07)	34,24	48,91
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	35,37	-	-	-	-	35,37	-	(29,54)	5,83	8,32
Softwares	35,37	-	-	-	-	35,37	-	(29,54)	5,83	8,32
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	344,67	-	-	-	-	344,67	-	(304,61)	40,06	57,24
Ativo Intangível em Curso										
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	344,67	-	-	-	-	344,67	-	(304,61)	40,06	57,24

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	31.148,17	1.164,39	(220,56)	-	(491,96)	31.600,04	943,83
Transformador de Distribuição	6.864,15	365,38	(53,45)	-	(75,50)	7.100,58	418,83
Medidor	1.513,97	125,98	(29,49)	-	(3,31)	1.607,15	155,47
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.057,03	140,60	(31,51)	-	(217,45)	1.948,67	172,11
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	6.215,67	396,55		-		6.612,22	396,55
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	188,64			-		188,64	-
Demais Máquinas e Equipamentos	14.308,71	135,88	(106,11)	-	(195,70)	14.142,78	241,99
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-

Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

	2024			2023	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição	8,14	32.279,81	(18.306,09)	13.973,72	14.250,43
Custo histórico	4,23	14.821,66	(5.870,48)	8.951,18	8.479,47
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,91	17.458,15	(12.435,61)	5.022,54	5.770,96
Administração	12,97	148,59	(113,79)	34,80	21,91
Custo histórico	12,97	148,59	(113,79)	34,80	21,91
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	1.643,56	-	1.643,56	663,06
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	1.643,56	-	1.643,56	663,06
Administração	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	219,63	838,39	100,24	24,56	1.182,82
Móveis e Utensílios	3,44	-	-	-	3,44
A Ratear	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-
Outros	151,66	-	-	-	151,66
Total das Adições	374,73	838,39	100,24	24,56	1.337,92

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de Capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de Distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do Sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do Sistema (Poste)	3,57
Regulador de Tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento Geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1-veiculo marca ford, modelo ranger xl cs4 22h	151,66
2-poste dt concreto 12 x 600 dan	149,55
3-TRANSFORMADOR TRIFASICO 75 KVA - 13.8kv 220/127V	106,84
4-TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 112.5 KVA - 13.8kv 220/127V	87,07
5-poste dt concreto 12 x 300 dan	76,78
6-cabo alumínio caa nu 4 awg	62,24
7-TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 45 KVA - 13.8kv 220/127V	62,20
8-poste dt concreto 12 x 1000 dan	47,01
9-medidor eletrônico trifásico 30/200a - microgeração	32,32
10-TRANSFORMADOR TRIFÁSICO 112.5 KVA - 13.8kv 380/220V	26,73

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
Veículo marca ford, modelo ranger xl cs4 22h	70,53
Religador nova 15-vbs 12.5ka c/ivs poste c/ f6p-esp	36,33
RELIGADOR, 25kv, 100A, MONOFÁSICO, MANUAL, ATÉ 5ka	36,13
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, 13,8kv; 220/127V, 30	16,83
Trafo trif.112.5 kva 127/220v	14,94
Transformador de potencial modelo: vfe-15	13,36
Transformador trifásico 15 kva 220/127v	7,93
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO REO. 13.8kv. 220/127V.	6,71
Medidor de energia elétrica saga-1500 -1642-c1n-ox3c	6,19
Transformador de potencial 15kv/115v 500va	5,58

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”.

A **CASTRO-DIS** não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2024.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais.

i) Programas Sociais e Governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A **CASTRO-DIS**, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de Reposição Tarifária

Em 2018, ocorreu nosso cálculo das Tarifas Iniciais, respaldado pela publicação da Resolução Homologatória ANEEL Nº 2.477 de 30 de outubro de 2018 para o ciclo de 2018 / 2019.

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária. O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Através da Resolução Homologatória nº 2.738 de 28 de julho de 2020 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 2.905 de 27 de julho de 2021 as tarifas ficam em média reajustadas em 18,53% (dezoito vírgula cinquenta e três por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 3.086 de 26 de julho de 2022 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,40% (dez vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 3.238 de 25 de julho de 2023 as tarifas ficam em média reajustadas em 20,40% (vinte vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 3.367 de 30 de julho de 2024 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

A movimentação das Contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.386,28	1.684,55	(1.276,89)	0,87	(140,19)	1.654,62	691,87	962,75	1.654,62
Neutralidade da Parcela A	122,44	252,93	(6,48)	0,87	(150,15)	219,61	-	219,61	219,61
Bandeiras Tarifárias	-	0,05	-	-	(0,05)	-	-	-	-
Outros	1.263,84	1.431,57	(1.270,41)	-	10,01	1.435,01	691,87	743,14	1.435,01
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.386,28	1.684,55	(1.276,89)	0,87	(140,19)	1.654,62	691,87	962,75	1.654,62

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2023	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	96,26	1.456,26	(814,34)	0,99	55,61	794,78	307,53	487,25	794,78
Neutralidade da Parcela A	14,16	241,73	(119,50)	0,99	62,71	200,09	119,49	80,60	200,09
Sobrecontratação de Energia	-	395,18	-	-	-	395,18	-	395,18	395,18
Bandeiras Tarifárias	-	692,41	(576,92)	-	-	115,49	115,49	-	115,49
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	82,10	126,94	(117,92)	-	(7,10)	84,02	72,55	11,47	84,02
Total Passivos Financeiros Setoriais	96,26	1.456,26	(814,34)	0,99	55,61	794,78	307,53	487,25	794,78

7. Empréstimos e Financiamentos.

A **CASTRO-DIS** não possui Endividamento Financeiro no Exercício de 2024.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

A **CASTRO-DIS** não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2023 e 2024.

9. Provisões para Litígios.

A **CASTRO-DIS** não possui provisões para litígios nos exercícios 2023 e 2024.

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-	-	-	-
Constituição	-	-	-	-	-	-	-
Baixas/Reversão	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas à investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	9,71%	(1.599,21)	-	-	(1.599,21)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,31%	(1.013,51)	-	-	(1.013,51)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	5,40%	(585,70)	-	-	(585,70)
Outros	8,66%	(558,83)	-	-	(558,83)
Ultrapassagem de demanda	4,31%	(90,18)	-	-	(90,18)
Excedente de reativos	4,35%	(468,65)	-	-	(468,65)
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	57,38	-	-	57,38

Participação Financeira do Consumidor	-	41,93	-	-	41,93
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	15,45	-	-	15,45
Outros	-	50,55	-	-	50,55
Ultrapassagem de demanda	-	8,16	-	-	8,16
Excedente de reativos	-	42,39	-	-	42,39
Total	0,00%	(2.050,11)	-	-	(2.050,11)

Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.407,01)	(751,03)	-	-	-	(2.158,04)	(751,03)	107,93	(2.050,11)	(1.362,89)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Liquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Liquido em 31/12/2024	Valor Liquido em 31/12/2023
Em Curso	-	(751,03)	-	751,03	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	(391,39)	-	391,39	-	-	-	-	-	-

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(359,64)	-	359,64	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(977,71)	(853,41)	-	-	-	(1.831,12)	(853,41)	-	(1.831,12)	-
Ultrapassagem de demanda	(99,88)	(102,53)	-	-	-	(202,41)	(102,53)	-	(202,41)	-
Excedente de reativos	(874,21)	(704,91)	-	-	-	(1.579,12)	(704,91)	-	(1.579,12)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(3,61)	(45,97)	-	-	-	(49,58)	(45,97)	-	(49,58)	-
Total	(977,71)	(1.604,44)	-	751,03	-	(1.831,12)	(853,41)	-	(1.831,12)	-

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CONSTRUÇÃO DE REDE PRIMÁRIA TRIFÁSICA COMPACTA 13,8KV E REDE SECUNDÁRIA PARA ATENDIMENTO Á INFRAESTRUTURA DE LOTEAMENTO	143,62
2 - OBRA/PROCESSO Nº 2553/23	121,80
3 - DESLOCAMENTO DE REDE PRIMÁRIA - CIDADE DO LEITE	65,84
4 - APROPRIAÇÃO DE OUTRAS FATURAS AO CONSUMIDOR CFR. PROCESSO Nº 4663/2022 - CLAUDIO CESAR FERREIRA DA SILVA	50,97
5 - PROCESSO 1344/23	35,49
6 - PARTICIPAÇÃO DO CONSUMIDOR CONFORME OBRA E PROCESSO Nº 1644/2024 DE ALBERTUS FREDERIK WOLTERS.	32,10
7 - PROCESSO 2070/23	28,81
8 - DESLOCAMENTO DE REDE ELÉTRICA AT- 532 - UNIDADE BATATA FRITA	28,38
9 - PROCESSO 1471/24	24,37
10 - PROCESSO 3939/23	23,62

A permissionária não teve baixas de obrigações especiais no exercício.

Obrigações especiais controladas por data de aquisição:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor	(1.013,51)	41,93	(971,58)
Data de aquisição: 01/05/2019	(3,73)	0,81	(2,92)
Data de aquisição: 01/12/2019	(1,83)	0,36	(1,47)
Data de aquisição: 01/10/2022	(159,60)	14,44	(145,16)
Data de aquisição: 01/10/2023	(456,97)	23,09	(433,88)
Data de aquisição: 01/10/2024	(281,55)	2,86	(278,69)
Data de aquisição: 01/12/2024	(109,83)	0,37	(109,46)
Doações/Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(585,69)	15,44	(570,25)
Data de aquisição: 01/05/2019	(2,21)	0,48	(1,73)
Data de aquisição: 01/10/2023	(223,84)	11,31	(212,53)
Data de aquisição: 01/10/2024	(359,64)	3,65	(355,99)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento			
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			

Ultrapassagem de demanda	(90,18)	8,16	(82,02)
Data de aquisição: RTP 2018/2022	(90,18)	8,16	(82,02)
Excedente de reativos	(468,65)	42,39	(426,26)
Data de aquisição: RTP 2018/2022	(468,65)	42,39	(426,26)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(2.158,03)	107,92	(2.050,11)

11. Patrimônio Líquido.

Capital Social:

O capital social em 31 de dezembro de 2024 representa R\$ 66,70 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Cotistas	%	Cotas
Castrolanda Cooperativa Agroindustrial Ltda	9,74%	68
Lar dos Idosos e Assistencial Eben Haezer	3,14%	21
Jan Haasjes	1,94%	13
Albertus Frederik Wolters	1,49%	8
Hendrik de Boer	1,34%	14
Roberto Meindert Borg	1,34%	11
Pedro Irineu Teider	0,15%	2
Leonard Loman	0,15%	2
Hermannus Gerrit Morsink	0,15%	1
Demais Cooperados (nº de 262)	80,56%	490
Total	100,00%	630

Reservas de Capital		
	2024	2023
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2024	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	(1.724,37)	-1.742,79
Total	(1.724,37)	-1.742,79
Outros Resultados Abrangentes		
	2024	2023
Ajustes de Elementos do Ativo - Reservas de Reavaliação	5.022,54	5.770,96
Total	5.022,54	5.770,96

Reservas de Sobras		
	2024	2023
Reserva legal	2.616,23	2.651,14
Lucros a realizar	0,00	0,00
FATES	3.457,19	3.471,03
Reservas Estatutárias	2.817,46	2.817,46
Total	8.890,88	8.939,63
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia		
	2024	2023
Sobras	529,61	547,67
Capital Social	66,70	69,60
Total	596,31	617,27
Total do Patrimônio Líquido	12.785,36	13.585,07

Com base na legislação Cooperativista, a reserva legal é constituída à razão de 10% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício.

A Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social (RATES), é constituída à razão de 5% com base nas sobras verificadas da operação com cooperados no exercício, é constituída também da parcela do lucro apurado com não cooperados no exercício.

A Permissionária no ano calendário de 2024, apresentou perdas com cooperados e prejuízo com não cooperados.

12. Receita Operacional Bruta.

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Bruta	2.365	2.348	55.988,53	57.877,27	35.875,59	31.801,14
Fornecimento - Faturado	2.365	2.348	55.988,53	57.877,27	35.875,59	31.801,14
Residencial	1.628	1.615	3.746,31	3.806,11	2.403,05	2.007,94
Industrial	6	6	19.534,42	20.609,78	14.155,38	12.927,57
Comercial	116	128	2.610,48	3.011,11	2.008,02	1.937,18
Rural	583	573	29.113,06	29.648,08	16.857,26	14.664,31
Poder público	20	14	313,82	87,89	186,97	43,53
Iluminação pública	6	6	491,47	539,85	159,87	136,24
Serviço público	6	6	178,97	174,44	105,04	84,37
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	2	-	2.808,99	-	18.133,44	16.049,72
Consumidores Cativos	-	-	-	-	17.465,85	16.049,72

Consumidores Livres	2,00	-	2.808,99	-	667,59	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(18.273,29)	(16.774,96)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(102,53)	(79,57)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(704,91)	(645,67)
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(17.465,85)	(16.049,72)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	64,86	90,94
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(1.087,64)	180,15
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(88,63)	217,56
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	19,92	22,57
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	1.594,03	1.158,92
Total	2.367	2.348	58.797,52	57.877,27	36.238,28	32.746,04

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE.

Nos exercícios de 2024 e 2023 a Permissionária não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores.

	2024	2023
Pessoal	2.834,78	2.669,57
Remuneração	1.747,03	1.590,72
Encargos	657,23	633,31
Despesas rescisórias	-	45,04
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	430,52	400,50
Administradores	231,29	216,28
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	231,29	216,28
Total	3.066,07	2.885,85

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social.

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	(528,73)	(755,84)
Ajustes Efeitos IFRS	529,24	547,67
Lucro Ajustado	0,51	(208,17)
Ajustes LALUR	(19,21)	173,22
Base de Cálculo Fiscal	(18,70)	(34,95)
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade.

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17. Revisão e reajuste tarifários

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, em processo de apuração das Tarifas Iniciais, nossa Revisão Tarifária Periódica ocorreu no ano de 2022.

Através da Resolução Homologatória nº 3.086 de 26 de julho de 2022 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,40% (de vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

Nossa Empresa realizou a assinatura do Contrato de Permissão de Distribuição do Serviço Público de Energia Elétrica em 2018, e, neste sentido, o processo de apuração das Tarifas Iniciais foi publicado pela Resolução Homologatória Nº 2.477 de 30 de outubro de 2018.

Em julho de 2019 aconteceu o primeiro Reajuste Tarifário. Este efetuou a nova composição de nossa PARCELA B, bem como em relação à Parcela A, absorvendo o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais inerentes à nossa Permissionária.

O efeito tarifário médio deste reajuste, para o ciclo tarifário vigente que compreende 2019 e 2020, representou 10,00% percebido pelos cooperados e consumidores.

Através da Resolução Homologatória Nº 2.738 de 28 de julho de 2020 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 2.905 de 27 de julho de 2021 as tarifas ficam em média reajustadas em 18,53% (dezoito vírgula cinquenta e três por cento)), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 3.238 de 25 de julho de 2023 as tarifas ficam em média reajustadas em 20,40% (vinte vírgula quarenta por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Através da Resolução Homologatória nº 3.367 de 30 de julho de 2024 as tarifas ficam em média reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a)** A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b)** As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as data-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	11,89% Revisão 2022	11,23% IRT 2023	47,97% IRT 2024
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	26.282,88	29.234,45	43.258,22
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-	-	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-	-	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	1.999,39	2.223,92	3.290,73
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	24.283,49	27.010,53	39.967,49
(6) Depreciação Acumulada	9.641,39	10.724,11	15.868,47
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-	-	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-	-	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-	-	-
(10) Almojarifado em Operação	78,85	87,70	129,77
(11) Ativo Diferido	-	-	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-	-	-
(13) Terrenos e Servidões	156,88	174,50	258,21
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	16.877,23	18.772,54	27.777,73
(15) Saldo RGR PLPT	-	-	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-	-	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	971,34	1.080,42	1.598,70
(19) WACC real antes de impostos	3,77%	3,77%	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-	-	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-	-	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	636,27	707,72	1.047,22

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

	11,89%	11,23%	47,97%
	Revisão	Revisão	Revisão
Descrição	2022	2023	2024
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.495,43	1.663,36	2.461,28
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	373,86	415,84	615,32
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	373,86	415,84	615,32
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	747,71	831,68	1.230,64
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	20,45	22,74	33,65
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	60,46	67,24	99,50
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	155,17	172,60	255,39
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	236,07	262,59	388,55

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	9.307,17	24.865,67	28.106,05	982,28%	23,05%	85,24%
1.1. Encargos Setoriais	1.567,38	5.765,43	6.109,03	519,79%	-2,30%	18,53%
TFSEE	12,47	22,93	22,26	83,90%	-2,93%	0,07%
CDE	1.263,05	5.054,59	5.448,07	300,19%	7,78%	16,52%
PROINFA	291,85	687,91	638,70	135,71%	-7,15%	1,94%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	1.483,23	6.944,52	7.189,35	368,20%	3,53%	21,80%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	1.483,23	6.944,52	7.189,35	368,20%	3,53%	21,80%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	6.256,57	12.155,71	14.807,66	94,29%	21,82%	44,91%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	6.256,57	12.155,71	14.807,66	94,29%	21,82%	44,91%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	2.408,12	4.956,46	4.868,60	105,82%	-1,77%	14,76%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	2.408,12	4.956,46	4.868,60	105,82%	-1,77%	14,76%
3. Reposicionamento Econômico	7,39%		10,57%			
4. Componentes Financeiros	2,34%		3,35%			
5. Reposicionamento com Financeiros	9,73%		13,92%			

6. Financeiros Retirados do IRT anterior	0,76%	-3,92%			
7. Efeito para Consumidor	10,40%	10,00%			

Cálculo do Valor da Parcela B

PLEITO DA PARCELA B PARA CICLO 2024/2025

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	3.311,73
Investimentos/Reservas/Outras receitas	3.620,03
	6.931,76
PARCELA B CONSIDERADA	4.868,60



NOTAS
CONCILIATÓRIAS
SOCIETÁRIAX
REGULATÓRIA



9. Notas Conciliatórias Societária x Regulatória

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário.

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos						
Ativo circulante	6.717,74	-	6.717,74	5.419,25	-	5.419,25
Caixa e equivalentes de caixa	948,27	-	948,27	106,22	-	106,22
Consumidores	3.196,88	-	3.196,88	3.227,83	-	3.227,83
Tributos compensáveis	103,62	-	103,62	84,68	-	84,68
Almoxarifado operacional	85,49	-	85,49	76,22	-	76,22
Ativos financeiros setoriais	1.654,61	-	1.654,61	1.386,28	-	1.386,28
Despesas pagas antecipadamente	54,92	-	54,92	56,83	-	56,83
Outros ativos circulantes	673,95	-	673,95	481,19	-	481,19
Ativo não circulante	15.827,12	(3.827,42)	11.999,70	15.097,75	(4.575,84)	10.521,91
Tributos compensáveis	117,14	-	117,14	89,94	-	89,94
Investimentos temporários	17,84	-	17,84	15,18	-	15,18
Outros ativos não circulantes	-	627,59	627,59	-	523,87	523,87
Imobilizado	15.652,08	(15.402,31)	249,77	14.935,40	(14.740,94)	194,46
Intangível	40,06	10.947,30	10.987,36	57,23	9.641,23	9.698,46
Total do ativo	22.544,86	(3.827,42)	18.717,44	20.517,00	(4.575,84)	15.941,16
Passivo						
Passivo circulante	5.878,27	-	5.878,27	4.591,33	-	4.591,33
Fornecedores	2.675,94	-	2.675,94	2.334,90	-	2.334,90
Obrigações sociais e trabalhistas	540,82	-	540,82	508,62	-	508,62
Tributos	321,13	-	321,13	336,05	-	336,05
Encargos setoriais	436,30	-	436,30	433,39	-	433,39
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	794,78	-	794,78	96,26	-	96,26
Outros passivos circulantes	1.109,30	-	1.109,30	882,11	-	882,11
Passivo não circulante	3.881,24	-	3.881,24	2.340,61	-	2.340,61
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.881,24	-	3.881,24	2.340,61	-	2.340,61

Total do passivo	9.759,51	-	9.759,51	6.931,94	-	6.931,94
Patrimônio líquido	12.785,35	(3.827,42)	8.957,93	13.585,06	(4.575,84)	9.009,22
Capital social	66,70	-	66,70	69,60	-	69,60
Reservas de capital	(1.724,37)	1.724,37	-	(1.742,79)	1.742,79	-
Outros resultados abrangentes	5.022,54	(5.022,54)	-	5.770,96	(5.770,96)	-
Reserva de sobras	8.890,87	-	8.890,87	-	-	-
Sobras à disposição da Assembleia	529,61	(529,25)	0,36	8.939,62	-	8.939,62
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	547,67	(547,67)	-
Total do patrimônio líquido	12.785,35	(3.827,42)	8.957,93	13.585,06	(4.575,84)	9.009,22
Total do passivo e do patrimônio líquido	22.544,86	(3.827,42)	18.717,44	20.517,00	(4.575,84)	15.941,16

	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	36.238,27	980,49	37.218,76	32.746,04	139,16	32.885,20
Fornecimento de energia elétrica	17.667,15	-	17.667,15	15.117,12	-	15.117,12
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	18.133,44	-	18.133,44	16.049,72	-	16.049,72
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(88,63)	-	(88,63)	217,56	-	217,56
Serviços cobráveis	19,92	-	19,92	22,57	-	22,57
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	1.594,03	980,49	2.574,52	1.158,92	139,16	1.298,08
Outras receitas vinculadas	(1.087,64)	-	(1.087,64)	180,15	-	180,15
Tributos	(3.610,96)	-	(3.610,96)	(2.991,43)	-	(2.991,43)
ICMS	(3.407,34)	-	(3.407,34)	(2.825,45)	-	(2.825,45)
PIS-PASEP	(36,26)	-	(36,26)	(29,56)	-	(29,56)
COFINS	(167,36)	-	(167,36)	(136,42)	-	(136,42)
Encargos - Parcela "A"	(5.042,97)	-	(5.042,97)	(4.730,50)	-	(4.730,50)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(5.020,84)	-	(5.020,84)	(4.709,34)	-	(4.709,34)
Taxa de fiscalização	(22,13)	-	(22,13)	(21,16)	-	(21,16)
Receita líquida / Ingresso líquido	27.584,34	980,49	28.564,83	25.024,11	139,16	25.163,27
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(22.393,74)	-	(22.393,74)	(20.388,84)	-	(20.388,84)
Energia elétrica comprada para revenda	(13.126,04)	-	(13.126,04)	(12.800,75)	-	(12.800,75)

Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	(651,91)	-	(651,91)	(674,17)	-	(674,17)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(8.615,79)	-	(8.615,79)	(6.913,92)	-	(6.913,92)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	5.190,60	980,49	6.171,09	4.635,27	139,16	4.774,43
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(5.836,70)	(451,25)	(6.287,95)	(5.417,83)	408,51	(5.009,32)
Pessoal e administradores (inclui 231,29 de remuneração a administradores)	(3.066,07)	-	(3.066,07)	(2.885,86)	-	(2.885,86)
Material	(251,33)	-	(251,33)	(284,76)	-	(284,76)
Serviços de terceiros	(1.150,56)	-	(1.150,56)	(907,91)	-	(907,91)
Arrendamento e aluguéis	(149,60)	-	(149,60)	(145,46)	-	(145,46)
Seguros	(30,48)	-	(30,48)	(22,62)	-	(22,62)
Doações, contribuições e subvenções	(37,19)	-	(37,19)	(34,53)	-	(34,53)
Recuperação de despesas	6,04	-	6,04	-	-	-
Tributos	(15,50)	-	(15,50)	(14,48)	-	(14,48)
Depreciação e amortização	(1.038,70)	529,24	(509,46)	(1.024,98)	547,67	(477,31)
Gastos diversos da atividade vinculada	(91,81)	(980,49)	(1.072,30)	(113,30)	(139,16)	(252,46)
Outras Receitas Operacionais	138,77	-	138,77	84,15	-	84,15
Outras Gastos Operacionais	(150,27)	-	(150,27)	(68,08)	-	(68,08)
Resultado da Atividade	(646,10)	529,24	(116,86)	(782,56)	547,67	(234,89)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	117,37	-	117,37	26,72	-	26,72
Despesas financeiras	(38,41)	-	(38,41)	(117,88)	-	(117,88)
Receitas financeiras	155,78	-	155,78	144,60	-	144,60
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	(528,73)	529,24	0,51	(755,84)	547,67	(208,17)
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(528,73)	529,24	0,51	(755,84)	547,67	(208,17)

Nas notas 18.1 e 18.2 do balanço patrimonial não ocorreram ajustes entre a contabilidade regulatória e societária nos exercícios de 2023 e 2024. Nas notas 18.4 e 18.5 ocorrem ajustes devido ao ativo imobilizado que na contabilidade societária possui a tratativa de ativo financeiro da concessão e intangível.

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes o processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória Nº 2.477 de 30 de outubro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes o processo de apuração das Tarifas Iniciais publicado pela Resolução Homologatória Nº 2.477 de 30 de outubro de 2018, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Saldos no final do exercício (societário)	8.957,93	9.009,22
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	3.827,42	4.575,83
Reavaliação regulatória compulsória	19.560,76	19.560,76
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(14.538,22)	(13.789,81)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	(1.195,12)	(1.195,12)
Saldos no fim do exercício (regulatório)	12.785,35	13.585,05

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	0,51	(208,16)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(529,25)	(547,67)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(529,25)	(547,67)
Anulação Não Operacional	-	-
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	(528,74)	(755,83)

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2023 e 2024 cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2024 a **CASTRO-DIS** contabilizou 5,72% de Perdas Técnicas. Durante o ano de 2025, a **CASTRO-DIS** continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

20. Informação Complementar - DVA – Demonstração do Valor Adicionado Regulatório

A ANEEL, no intuito de que os agentes do Setor Elétrico informem com clareza a riqueza gerada no exercício, bem como a forma como essa riqueza foi dividida entre funcionários, acionistas, financiadores e governo, recomendou que, além do resultado ser citado no relatório de administração, fosse disponibilizado à sociedade todo o quadro de apuração. Neste sentido, a **Castro-Dis**, nos anos 2024 e 2023 apresentam os seguintes resultados:

Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.
Legislação societária

	2024	2023
Receitas	36.226,77	32.762,11
Venda de energia e serviços	36.238,27	32.746,04
Resultado não operacional	-11,50	16,07
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-24.195,86	-21.982,73
Outros insumos adquiridos	-400,23	-401,22
Material e serviços de terceiros	-23.795,63	-21.581,51
(=) Valor adicionado bruto	12.030,91	10.779,38
(-) Quotas de reintegração	-1.038,70	-1.024,98
(=) Valor adicionado líquido	10.992,21	9.754,40
(+) Valor adicionado transferido	117,37	26,72
Receitas (Despesas) financeiras	117,37	26,72
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	11.109,58	9.781,12
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.341,62	2.189,96
Remunerações	1.864,07	1.742,67
Encargos sociais (exceto INSS)	164,07	153,70
Auxílio alimentação	68,16	60,41
Convênio assistencial e outros benefícios	362,36	340,09
Custos imobilizados	-117,04	-106,91
Governo	9.147,09	8.201,54
INSS (sobre folha de pagamento)	493,16	479,61
ICMS	3.407,34	2.825,45
Outros (PIS/ COFINS/ Enc. Setoriais, outros)	5.246,59	4.896,48
Financiadores	149,60	145,46
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	149,60	145,46
Acionistas	-528,73	-755,84
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	-528,73	-755,84
Valor adicionado (médio) por empregado	584,71	514,80

21. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2025 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

PEDRO IRINEU TEIDER
Diretor Presidente

TATEKI KANJO KOJIMA
Gerente

PEDRO MARCELO SILVA FONTOURA
Contador

10.Parecer do Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Administradores e Associados da
Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro – CASTRO-DIS
Castro – Paraná

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, no exercício de nossas funções estatutárias, após minucioso exame do Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 2024 e também das Contas de Resultado, chegamos à conclusão de que estes resultados espelham a real situação da Cooperativa, podendo ser recomendado à Assembleia Geral Ordinária para a devida aprovação.

Castro/PR, 24 de Março de 2025.



Tjerk Hoekstra



Jan Petter



Frans Borg



Jan Tinus Geert Rabbers

11. Parecer do Auditor Regulatório

AUDICONSULT **AUDICONSULT Auditores S/S**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Srs. Associados e Administradores da

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS

Castro – PB

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCRs, da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base nas disposições do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de relatórios contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base contábil de elaboração das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis, que foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

A **COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS**, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os cotistas e

AUDICONSULT

AUDICONSULT Auditores S/S

administradores da COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS, com data de 21 de fevereiro de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas Demonstrações Contábeis Regulatórias

A administração da COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela governança da COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE CASTRO – CASTRO-DIS, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

AUDICONSULT
AUDICONSULT Auditores S/S

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 24 de abril de 2025.

**HERMENEGILDO
JOAO
VANONI:29601045
953**

Assinado de forma digital
por HERMENEGILDO JOAO
VANONI:29601045953
Dados: 2025.04.28
14:33:00 -03'00'

Hermenegildo João Vanoni
Sócio Responsável – Contador–CRC-SC 14.874/O-7 *S* PR

AUDICONSULT Auditores S/S
CRC-SC 4.012 *S* PR


Audiconsult
Auditores S/S